

PORTUGAL democrático

ANO II — N.º 19

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1958

Cr\$ 3,00

O Brasil condena Salazar

A prisão de António Sérgio, Jaime Cortezão, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida — quatro dos mais altos expoentes da Cultura Portuguesa contemporânea — provocou, no Brasil, verdadeira onda de indignação. Em tôdas as esferas se verificaram os mais enérgicos protestos contra a arbitrariedade e ilegal medida do ditador Salazar.

Na impossibilidade material de transcrevermos, na íntegra, todos os protestos, resumos, no entanto, nesta edição de "Portugal Democrático", algumas das reclamações divulgadas pelos principais jornais brasileiros.

Rubem Braga, o brilhante escritor que, de há muito, colocou a sua desassombrosa pena ao serviço de Portugal, numa crônica intitulada "A Vingança", depois de descrever as circunstâncias em que Jaime Cortezão foi expulso, há anos, do nosso País, escreveu: "Quero sugerir que o Itamarati interfira jeitosamente para que Jaime Cortezão seja outra vez banido para o Brasil. Ele e António Sérgio e os dois outros professores enjaulados. Em Portugal, eles são nocivos. Portugal, isto é, Salazar, não os quer. Nós precisamos de homens de cultura e de espírito livre. Se estão sobrando lá que os mandem. Fundemos aqui, com eles e com os que já temos em nosso meio, uma escola lusitana livre, e procuremos atrair outros herejes que lá vivem humilhados e ofendidos. E teremos roubado a Portugal o que ele tem de melhor: o braço duro e tenaz de seus camponês e a inteligência e a cultura de seus grandes inconformados. Vingaremos assim o ouro que Portugal nos tomou para entregar à Inglaterra..."

Na Câmara Federal, o deputado Sr. Xavier de Araújo salientou que em Portugal "a tirania científica e sistemática que ali se instalou há tantas décadas, acaba de praticar cruel agressão à inteligência, fazendo prender nos monstruosos calabouços, que são as antecâmaras dos campos de concentração, os escritores Jaime Cortezão, António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Vieira de Almeida".

Em "O Diário de S. Paulo", com o título "Um caso Pasternak às avessas", o jornalista José Augusto Cesarino Alvim afirmou: "Minha mensagem a Portugal, de onde escrevi para este jornal há muitos anos, é, neste momento uma palavra de amor à terra e de amizade, admiração e respeito a Jaime Cortezão, António Sérgio e seus dois companheiros. Não há termos para justificar mais esse atentado contra a educação cívica de que é useiro e vezeiro o governo de Salazar e de certos seus obtusos e truculentos acólitos políticos e militares".

A questão subiu igualmente ao Senado, onde o Sr. Mem de Sá ergueu o seu protesto contra as prisões dos quatro intelectuais portugueses. Depois de ler a crônica de Rubem Braga, acentuou, nomeadamente o ilustre parlamentar: "O Brasil, que ora tanto se preocupa com a Operação Pan-Americana, bem podia encontrar vaga para dar a mimuto de atenção a este caso e aceitar a sugestão de Rubem Braga ao Itamarati, no sentido de acolher novamente, aqui, além de Jaime Cortezão, os outros seus colegas de cárcere".

O jornalista Octavio Malta em crônica intitulada "O Salazarismo é isto..." declarou, na "Útima Hora": "A situação atual no Brasil permite-nos olhar com serenidade a estupidez salazarista. Já passamos por isto. Já tivemos aqui uma ditadura que também prendia escritores, jornalistas, professores e estudantes. Uma ditadura como a de Salazar, boçal e atroz!..." Também o "Correio da Manhã" verberou acerbamente a cega violência do ditador fascista luso, en-

quanto o "Diário de Notícias" afirmou: "Quando amanhã os estudantes portugueses lerem, entre os clássicos, estes homens, dificilmente poderão compreender, já vencida a etapa atual, como e por que foram presos os escritores e estadistas da segunda metade do século XX, na Europa Ocidental, num país da ONU e por um governo que dizia praticar a 'política do espírito'. Aliás, no mesmo importante jornal carioca, o escritor Joel Silveira, em crônica sobre "Salazar, Tabuada e Palmatória", referiu-se à situação "nesse mundo cinzento, que lembra as terríveis salas de aula de antigamente, (onde) o mestre-escola de Santa Comba Dão dirige um país inteiro armado de uma tabuada e de uma palmatória".

Também o Partido Socialista Brasileiro, que, pela voz do deputado paulista Sr. Cid Franco, tem mantido uma constante atitude de repúdio aos atos anti-democráticos do governo de Salazar, publicou o seguinte comunicado.

"A Comissão Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro, reunida no dia 28 do corrente, lança o seu mais veemente protesto contra a prisão, em Lisboa, de quatro intelectuais portugueses que

cometeram o pretense crime de convidar o líder socialista Aneurin Bevan para visitar o seu país.

A Comissão Executiva Nacional PSB destaca, especialmente, a violência cometida contra dois ilustres escritores profundamente ligados ao Brasil, Jaime Cortezão e António Sérgio, este último expoente do pensamento socialista português, nos quadros da democracia".

O ilustre escritor católico Sr. Gustavo Corção, em extenso artigo consagrado à região dos quatro grandes homens de Portugal, escreveu nomeadamente: "Aqueles homens foram presos porque têm grandeza humana e mais setenta anos. O regime totalitário é infelizmente estúpido e essencialmente sádico. Foi assim, com perseguições desse tipo, que o fascismo italiano e o nazismo alemão empuraram para os Estados Unidos os maiores físicos do mundo que iriam dar à nação acolhedora seu enorme poderio. Eu sempre achei que o Sr. Salazar, por ser mais suave, não era melhor do que os outros tiranos do século que envergouham a humanidade; e foi por isso que escrevi contra o Craveiro, quando esse sabujo por aqui

(Continua na 7.ª pág.)

O protesto do Comité dos Intelectuais Portugueses

A propósito das prisões políticas efetuadas em Portugal no dia 21 o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão distribuiu à imprensa o seguinte comunicado:

"O governo ditatorial que oprime o povo português há 32 anos acaba de cometer nova e grave violação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela assembleia-geral da ONU, prendendo, sem culpa formada e sem fornecer paro o fato qualquer explicação, quatro das mais eminentes figuras da cultura portuguesa: os Srs. António Sérgio, ex-ministro da Educação e sociólogo de prestígio internacional; Jaime Cortezão, historiador proclamado cidadão benemérito da cidade de S. Paulo; Vieira de Almeida, ex-professor catedrático da Faculdade de letras de Lisboa; e Mario de Azevedo Gomes, ex-professor catedrático do Instituto de Agronomia de Lisboa.

Esta tentativa de privar a oposição de alguns dos seus vultos mais representativos relaciona-se com a falhada visita do Sr. Aneurin Bevan a Portugal — proibida pelo governo — e constitui, segundo todas as probabilidades, a primeira fase de uma vasta depuração que o regime se prepara para levar a efeito e que visa levar ao exílio ou à prisão numerosos universitários e intelectuais democráticos. Tão repulsiva e chocante é a atitude do chefe do Estado Corporativo ao entregar à sua Polícia Política homens da estatura moral e intelectual dos cidadãos ora detidos, que este Comité se dispensa de a comentar em pormenor.

Ao alertar a opinião brasileira, é nosso único propósito obter o apólo e a solidariedade de todos os indivíduos e coletividades que se interessam pela defesa da cultura e das liberdades fundamentais. É nesse sentido que vimos solicitar às Universidades e Academias Brasileiras, Associações de Imprensa e de Escritores, e a todos os unsivertários, escritores e jornalistas em geral, que manifestem publicamente o seu repúdio pela inqualificável violência perpetrada pela ditadura salazarista contra a cultura e o direito através da prisão sem culpa formada de quatro homens que muito têm prestígio e o nome português no mundo".

aa) Adolo Casais Monteiro (escritor), Agostinho da Silva (professor universitário), Caruosa Maria

de Araújo (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Lemos (pintor), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Queiroga (oficial do Exército), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmento Pimentel (oficial do Exército), João Alves das Neves (jornalista), João Sarmento Pimentel (oficial do Exército), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), José Pedroso de Lima (ex-diplomata), José Santana Mota (jornalista), Maria Archer (escritor), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Baleizão (engenheiro), Victor da Cunha Rego (jornalista), Victor Ramos (professor universitário), Tomaz Colaço (escritor), e Zaluar Nunes (professor universitário).

"Salazar contra a Inteligencia Portuguesa"

"Como todos os totalitarismos, o de Portugal não permite "in loco" as manifestações criadoras da inteligência, as quais exigem como condição essencial a liberdade de criação em todos os domínios do pensamento e do conhecimento. Depois de 32 anos de ditadura, Salazar só tem em torno de si o marasmo intelectual. A inteligência portuguesa, com manifestações de cultura vive exilada, quando não sufocada nas prisões e campos de concentração. Isso acontece com as vítimas mais jovens do regime salazarista. Os homens d'ecultura mais velhos devem retirar-se para o Brasil e outros países democráticos, para continuarem a cultivar o habito de pensar e escrever. Mesmo esses entretanto, se acaso voltam a Portugal, mesmo de passagem, são logo presos. Foi o que aconteceu com Jaime Cortezão e outros, todos com mais de 70 anos de idade".

("Folhas" 25-11-58)

LEITOR DA METRÓPOLE

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma tribuna ao serviço da liberdade. Promover a sua expansão é prestar um serviço à causa de todos nós.

Horas decisivas

A notícia da prisão das personalidades que, juntamente com o general Humberto Delgado, constituíam a Comissão promotora da visita a Portugal do sr. Aneurin Bevan causou surpresa e indignação nos meios intelectuais de S. Paulo e do Rio de Janeiro. Augumas das mais destacadas figuras da "inteligência" brasileira apressaram-se, aliás, a fazer à imprensa declarações em que condenam em termos expressivos a violência ditatorial do Estado Novo. Não há exagero na afirmação de que as últimas pessoas conscientes que neste País alimentavam dúvidas acerca dos propósitos conciliatórios do sr. Salazar ficaram esclarecidas ante a recente e repugnante violação pela ditadura portuguesa dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela Assembleia Geral da ONU, organização de que Portugal faz parte.

Do que foram as primeiras reações brasileiras à prepotência do sr. Salazar dá o nosso jornal uma ideia através de varias transcrições da imprensa. Não é, de resto, nosso intuito protestar contra a arbitrariedade cometida. O chefe do Estado Corporativo ha muito que não existe para nós como interlocutor válido. Os seus atos, por mais monstruosos que sejam, não nos podem surpreender. Dele esperamos sempre o pior. Limitamo-nos, assim a registrar nas nossas colunas toda a documentação sobre o caso e a denunciar os fatos à consciencia dos homens livres que nos leem.

Como a agência UPI anunciava em telegrama para o Brasil, a prisão dos quatro intelectuais resultou da divulgação do manifesto em que a Comissão de Recepção a Aneurin Bevan responde à nota oficiosa do governo que pretendia justificar a proibição da visita a Portugal do ilustre membro do Partido Trabalhista Britânico. Simplesmente, ao contrario do que diz com o maior descaramento a agência americana, dócil instrumento da ANI, não se tratava de um "manifesto subversivo", mas de um enunciado de verdades indesmentíveis. Por isso mesmo, a censura impediu a sua publicação nos jornais e o sr. Salazar ordenou a prisão dos signatários com a unica excepção do general Delgado, homem de espada com sólido prestígio entre as Forças Armadas. Recoso de complicações, o ditador talvez mantido em prudente expectativa se não fosse uma pequena, breve alusão à sra. Christine Garnier com quem manteve um ridículo idílio sentimental que encheu o anedotario nacional. Mais uma vez, o orgulho e a vaidade desmesuradas do professor de Santa Comba determinaram a sua conduta.

Há males que vêm por bem, diz o velho ríflão. O ambiente em Portugal volta a agitar-se. A tregua iniciada após as eleições findou. O ditador prepara uma colossal depuração. Por enquanto, limita-se a medir as forças do adversario mandando abrir inquerito contra o general Delgado. Prender o general perante a indiferença geral seria para ele a maior das vitórias, o sinal de que podia tranquilamente eliminar, uma a uma, todas as cabeças da Oposição.

Consegui-lo-á? Não cremos. O Exército tem a consciencia de que se aviltaria por completo aos olhos do Povo se assistisse passivamente a uma tal infamia. O Sr. Salazar brinca com o fogo. A era de terror que se anuncia talvez seja a borrasca precursora da ansiada Libertação.



Uma nobre atitude do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo

Numa das suas ultimas reuniões a diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo aprovou por unanimidade uma proposta do seu vice-presidente no sentido de se solicitar ao ministro das Relações Exteriores o registro profissional dos jornalistas portugueses que militam na Imprensa brasileira. E o seguinte o texto do officio enviado ao embaixador Negrão de Lima:

"Em face dos termos do Tratado de Amizade e Consulta firmado pelos presidentes Craveiro Lopes e Juscelino Kubitschek de Oliveira, em julho de 1957, vem o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo recebendo sucessivos apelos de jornalistas portugueses que, em grande numero, militam na imprensa paulista, no sentido de que sejam isentos das restrições legais que lhes impedem o registro profissional e, consequentemente, a filiação às entidades de classe, estabelecendo-se a reciproca para jornalistas brasileiros nas mesmas condições porventura existentes em Portugal e nas Provincias do Ultramar. Existindo no Itamarati uma Comissão que estuda a execução do Tratado de Amizade e Consulta, vimos solicitar de v. exa. se digne submeter ao referido órgão a reivindicação em causa, que se nos afijura justa e em harmonia com o espirito do aludido diploma".

Ao tomar conhecimento de tão comovente gesto de camaradagem — primeira iniciativa concreta

feita no sentido de se obter o cumprimento das disposições do Tratado de Amizade e Consulta, um grupo de jornalistas portugueses de São Paulo — todos colaboradores de "Portugal Democrático" — enviou a seguinte carta ao Sindicato:

Exmo. Senhor Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo:

Extremamente sensibilizados pela generosa iniciativa desse Organismo, os signatários, jornalistas portugueses militando na Imprensa Paulista, cumprem o exato dever de agradecer a V. Exa. e aos seus colegas de Diretoria os termos pendorantes do officio enviado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo ao Embaixador sr. Negrão de Lima, a propósito da situação falsa em que se encontram os profissionais nas nossas condições, legalmente impedidos de exercer o seu mister.

Qualquer que seja o resultado da diligencia em curso, creia V. Exa. que jamais esqueceremos a nobreza de semelhante gesto, de acordo, aliás, com as grandes tradições de camaradagem dessa Casa.

Renovando os nossos agradecimentos, apresentamos a V. Exa. os nossos cumprimentos e os protestos da nossa mais elevada consideração.

...aa) João Alves das Neves, Miguel Urbano Rodrigues, José Santana Mota, Carlos Maria de Araújo, Vitor da Cunha Rego.

A entrevista de Salazar a "Le Figaro"

O jornal parisiense "Figaro", órgão da alta burguesia francesa, que para não chocar os eleitores eliminou da lista dos seus editorialistas o grande escritor católico François Mauriac — cujas opiniões eram consideradas demasiado avançadas — enviou recentemente a Lisboa e Madrid o sr. Serge Groussard a fim de entrevistar Franco e Salazar. As declarações do Caudillo constituem um tal amontoado de distates que seria perder tempo dedicar-lhes qualquer comentário. Basta dizer que o ditador da Espanha, no seu afã de se apresentar como estadista democrático, afirmou possuir poderes bem menos latos do que o presidente Eisenhower.

Quanto à entrevista concedida pelo sr. Salazar, damos a palavra a uma grande figura das letras e do pensamento português que teve a amabilidade de nos enviar um pormenorizada análise daquele documento e cujo nome lamentamos não poder divulgar por motivos óbvios.

São acertadas algumas opiniões do entrevistado sobre política externa, e, confrontando-as com os factos e as doutrinas, pode cada um formar um juízo pessoal crítico sobre o modo de ver do "Presidente Salazar", como o designa Serge Groussard.

Merecem, porém, muitas reservas as suas afirmações quanto à política interna portuguesa e, em especial aos estrangeiros, escasseiam os necessários elementos para uma apreciação judiciosa da sua justiça e verdade.

À pergunta de Groussa se se considera ditador, prontamente responde: "Não sou, nem posso considerar-me tal. Não é essa a situação política nem o direito constitucional." Em confirmação cita o entrevistado algumas disposições constitucionais, sem as confrontar com a "situação política" em concreto, o que revelaria claramente que Salazar invoca a Constituição para se legitimar, mas para se manter como ditador põe-na de parte, despreza-a. E, proclamando-se nacionalista e patriota, o que faz mais adiante, justifica o seu proceder perante os povos livres do Mundo, clamando que os Portugueses são tão inferiores a eles, incluindo os próprios negros de Ghana e da Líbia, que só podem ser governados como um rebanho, suprimindo-lhes ou reduzindo algumas das liberdades e direitos essenciais e expressos na mesma Constituição, cujo reconhecimento e salvaguarda cumpre a todos os governos que subscreveram a Carta do Atlântico, o Estatuto das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Continua o entrevistado:

"Temos um Chefe de Estado... perante quem é responsável o Presidente do Conselho, nomeado e exonerado por ele, se assim o quer..."

Convém saber, porém que, desde 1928, os Chefes de Estado eleitos foram escolhidos por Salazar. Como haviam de querer exonerá-lo?

Nas eleições de junho p. p., pela primeira vez foi às urnas um candidato da oposição (outros anteriores desistiram antes), o General Humberto Delgado, o mais novo da sua geração em todos os postos e com "distintas qualidades de oficial-general de muito carácter e entusiasmo, actuando sempre com muita inteligência e acerto em todas as comissões..."

É como reza último louvor do ministro Santos Costa, publicado no Diário do Governo de 25 de Setembro de 1957.

Salazar, para evitar o triunfo deste candidato tão destemido, lançou mão de todos os meios, incluindo assaltos da Pide aos serviços da candidatura, detenção de muitos dos seus simpatizantes, campanha sordida de insultos, em que nem era poupada a própria família exemplarmente católica.

Todos estes processos eram reputados dignos pela situação política de Salazar, mas consideraram uma grave ofensa ao Presidente Salazar a natural, lógica e constitucional afirmação do General de que o demitiria se fosse eleito. E em desagravo desta ofensa, promoveram-lhe uma manifestação pública, a que, pôde dizer-se, só compareceram os convocados legionários à paisana e alunos dos asilos oficiais. Confronte-se a "espontaneidade" e o entusiasmo desta manifestação com, por ex., os da prestada em Lisboa ao General Delgado, no seu regresso do Porto, em 16 de Maio

de 1958! Foi testemunha das duas.

A emissora oficial emitiu frequentes avisos neste dia de que eram proibidas todas as manifestações à chegada do General H. Delgado.

De facto, cordões de polícia, Guarda Republicana, a pé ou a cavalo, tanques com legionários, estes e agentes da Pide à paisana entre o povo, todos formavam barreira para contrariar o avanço da multidão pacífica em direcção à estação de Santa Apolónia. Isto iniciou-se umas duas horas antes da chegada do cambio do Porto, em que vinha o Sr. General. Contudo, muito antes da chegada do comboio já o vasto recinto daquela estação se encontrava totalmente repleto de gente de todas as classes sociais animada de enorme entusiasmo. Vários clamores esturjaram os ares de "abaixo a ditadura", "abaixo a tirania de Salazar". Não ouvi clamores contrários, nem notei a acção de agentes das forças públicas, certamente ausentes por se convencerem que não era ali necessária a sua presença; visto sendo tão rigorosamente proibido o acesso àquela estação, ninguém lá devia estar...

Cá fora era também notável a massa de gente em todas as ruas e praças, até grande distância de Santa Apolónia. Algumas cenas violentas infelizmente se verificaram, de que resultaram mortos e feridos, devido à acção das forças para desfazerem as manifestações do povo, que não convinham à situação política de Salazar. O Sr. General com a família foi intimado a seguir para casa, sob a vigilância de agentes da Pide, pelas vias excéntricas e em sentido oposto.

No Porto e noutras terras da província, o mesmo entusiasmo do povo nas suas manifestações pelo General, sempre contrariadas violentamente pelas forças públicas, atingindo, contudo, proporções raras no País.

Aos jornais foi proibida a publicação de reportagens fotográficas destas manifestações populares, cujo sentido se procurou desvirtuar para lhes tirar o significado de expressivo plebiscito nacional favorável à candidatura da oposição a Salazar, garantia da sua esmagadora derrota em eleições verdadeiramente livres.

Alguns jornais pediram ao Governo a realização de um inquérito para apurar as responsabilidades dos acontecimentos sangrentos ocorridos em Lisboa, no dia 16. O Governo não atendeu o solicitado. Mas um comunicado do partido único, nos jornais do dia 21, informava que "a oposição (devia ler-se o Governo) não pretende disputar as eleições na legalidade... sabe muito bem que a unidade nacional se mantém como um bloco (viu-se bem)..." e que Salazar continua a ser alta expressão dessa unidade... Após trinta anos de paz, voltou a correr sangue nas ruas de Lisboa, em manifestações provocadas por grupos de choque, adestrados e treinados na escola de Moscovo...

A questão está posta com clareza. A batalha fere-se entre o partido comunista e a frente comum dos Portugueses que querem ser cidadãos livres." Esta última afirmação é a única verdade. Com a sua acção planeada o Governo queria conseguir aparentar este dilema: ou Salazar ou o comunismo ateu. Não há para ele outra solução, nem a da democracia cristã. Logo, combater a oposição é lutar contra o comunismo marxista. E isto se repetiu e repete pelas tubas da propaganda de Salazar. Moscovo que lhe agradeça, pois não havendo outra solução muitos optariam pela de Moscovo.

A política salazarista é de facto a melhor propaganda comunista. Não; fez-se a contra-prova: onde a força pública não interveio com brutalidades, como em Aveiro e em Beja, as manifestações em grande massa de povo ao General decorreram com indescriível entusiasmo, que ia até às lágrimas do povo oprimido, mas em completa ordem e sem a menor violência. Onde houve violências foram provocadas pelo Governo para o efeito desejado.

Aos cidadãos amordaçados, há trinta anos, nem ao menos se lhes permitia manifestar o seu desagrado a Salazar com a sua simples presença nas ruas e, para tanto, se recorria à força armada com ordem de atirar sobre os cidadãos pacíficos, que acorriam à chegada de um candidato às eleições, reconhecimento oficialmente como tal.

Valente povo que nem assim perdeu o bom humor, pois logo correram céleres várias anedotas, como esta: "Qual é o povo mais alto

do mundo? — É o português. — Porque? — Porque tendo a polícia no dia 16 atirado para o ar (versão oficial), ficaram muitas pessoas feridas nas pernas."

Todo o processo eleitoral, por parte do Governo, decorreu neste tom, como é relatado e provado numa longa exposição feita pelo General Delgado e dirigida ao Presidente da República.

Não obstante, à pergunta do jornalista francês se Portugal estava com Salazar, este respondeu que nas eleições de junho "quatro quintos dos cidadãos portugueses se pronunciaram livremente pelo almirante Tomás".

Para Salazar estas eleições foram livres, verdadeiras e honestas. E mais; num discurso em 1 de julho, Salazar afirmou que o Governo havia sido roubado nestas eleições, sendo "vítima de baixas manigâncias por muita parte, e que ninguém podia com verdade dizer que haviam sido escassas as liberdades".

Apreciamos os sentimentos do candidato que aceitou o lugar obtido por tais eleições, sabendo que o outro foi roubado violentamente, perseguido e vexado por forma inacreditável!

Diz em seguida o entrevistado: "O poder legislativo está dividido entre uma Assembleia Nacional, eleita pelo sufrágio directo dos cidadãos eleitores, e o Governo."

Salazar declara nesta entrevista, mais uma vez, que não acredita no sufrágio universal. Esta descrença radicou-se mais depois dos incómodos que lhe trouxeram estas últimas eleições. Temos, por isso, como certo, e ele já o anunciou, que o almirante Tomás foi o último Presidente a ser eleito pelo sufrágio directo dos cidadãos.

Em 1945, foi a vitória retornante das democracias sobre as ditaduras que forçou Salazar a consentir, pela primeira vez, num arremedo de eleições e a conceder, para a propaganda eleitoral, um mês de liberdades, logo cerceadas aos primeiros dias.

É desnecessário dizer que estas liberdades pre-electorais são reguladas em medida tal que nenhum candidato da oposição até hoje foi eleito.

Ao contrário da afirmação de Salazar, praticamente o mesmo órgão acumula o poder executivo com o legislativo. De facto, até 1 de Setembro de 1958, o Poder Executivo promulgou 30.135 decretos e decretos-lei, enquanto a Assembleia Nacional emitiu apenas na mesma data 219 leis. Leis que o são apenas formalmente, isto é, por serem emanadas pelo chamado órgão legislativo, mas carecem da coactividade e do articulado, características das leis, pois nos termos do art. 92.º da Constituição, "as leis votadas pela Assembleia Nacional devem restringir-se à aprovação das bases gerais dos regimes jurídicos." Estas leis sui generis são exposições de doutrina.

No exercício das restantes atribuições da A. N., os deputados, escolhidos por Salazar ou pelo partido único, na maioria funcionários dependentes do Governo, evitam desagradar-lhe. Os que lhe desobedecerem não voltam mais à A. N., perdendo os seus contos de vencimentos respectivos.

Salazar explica ao jornalista este nulo poder legislativo da A. N., dizendo: "As leis têm hoje um tal grau de tecnicidade que é illusório supor que os deputados, desprovidos do concurso dos serviços, podem ter a iniciativa das leis." O argumento é especioso, porque os deputados, como muito bem sabe Salazar, podem recorrer e recorrem aos serviços públicos, se quiserem, e contam além disso com o concurso da Câmara Corporativa, ou de comissões especializadas, etc. Sendo assim, como explica S. Exa. que alguns decretos e decretos-lei feitos pelo Governo tenham saído verdadeiros abortos jurídicos? Alguns publicados há mais de vinte anos ainda hoje contém anomalias e gravíssimas injustiças, revelando o maior desconhecimento da orgânica dos serviços.

A A. N. normalmente só funciona três meses (Art. 94), nestes está incluído o do Natal. E ainda, diz o entrevistado, o Governo não é responsável perante a Câmara (a A. N.), e a sua conservação no Poder não depende de quaisquer votações da A. N. (art. 112). E junta Salazar: "Reduzida a função parlamentar, por exigência das causas, (que são as dele) à discussão dos grandes problemas políticos e à fiscalização da administração pública... mas que influência, nestes termos, pode ter a acção de um tal parlamento perante o Governo?"

Na verdade, de facto e de direito, absolutamente nenhuma.

É que na vontade de Salazar, não devia haver parlamento de qualquer espécie. Forjou este para "inglês ver", mas, conclui Salazar: "não é justo que se apelle de ditadura o regime português."

Em seguida S. Exa. justifica-se, revelando que a sua predileção é pelos regimes estilo fascista. Vejamos: "Em face das dificuldades da vida contemporânea e dos Estados, cuja organização lhes dá notável poder de decisão e execução das deliberações tomadas — muitas contra o Ocidente — ou há que ceder e desistir, ou há que procurar formas de conseguir governos fortes... Depois lamenta que, contra as fórmulas constitucionais, como a dele, logo surjam das esquerdas mundiais campanhas de desconfiança e de hostilidade.

Para S. Exa. os protestos só vêm das esquerdas, desprezíveis para ele, e não dos democratas conscientes e dos cristãos por verem violados a dignidade e os direitos naturais da pessoa humana, a justiça social, princípios estes contidos no Cristianismo, e que todo o cristão deve defender. S. Exa. não compreende isto, porque, como disse num seu discurso, deve a sua formação política principalmente a Charles Maurras. Le Figaro de 3-9-58, confirma-o na nota final à sua entrevista, em que diz: "... Rappeillons d'autre part que Charles Maurras, au soir de sa vie tourmentée, écrivit de sa prison que grande avait été la chance de M. Salazar d'avoir pu mettre en pratique les bases majestueuses de l'éthique maurrasienne".

Ora, a ética política de Charles Maurras foi condenada com tanto rigor pela Igreja, em França, que aos confesores foi dada ordem de não absolvem o penitente que não declarasse renunciar à leitura do periódico "L'Action Française", e de outras obras maurrasianas.

Salazar põe aqui ao lado do seu regime o de De Gaulle. Não vê que é essencialmente diferente: apesar da grave crise argelina só durante uma semana manteve a censura à imprensa, que foi muito mais suave do que a nossa, não tem uma "gestapo", como a nossa Pide, e o Parlamento continua, como um dos principais órgãos de soberania, com importantes poderes, incluindo o legislativo e o de eleger o Chefe do Governo responsável perante eles isto além de muitas outras diferenças, como sejam todas as garantias efectivas dos direitos dos cidadãos, que em Portugal só existem na letra da Constituição, e considera o sufrágio universal a origem de todo o poder.

Groussard lemba em seguida que Salazar se declarou, como todo o desassombro, desde os primeiros dias e sempre, antidemocrata e antiliberal. E logo Salazar se justifica, sofismando, a sua aversão à democracia, expondo a imagem que faz dela, horrenda e disforme que só existe na sua imaginação.

Sim, Sr. Salazar, qual é a democracia que pretende nivelar a sociedade pela base, isto é, pelos que estão piores?

Que democracia recusa admitir as desigualdades naturais?

Que democracia crê que o Poder tem a sua origem na massa e que o governo deve ser obra da massa e não de um escol?

Onde e quem viu defender idéias tão inconcebíveis e irracionais de democracia. Só um cretino ou louco, ou alguém de má fé. Não fica bem julgar tão mal os outros e lançar esse laibe infamante sobre os dirigentes e os povos amigos de quase todo o mundo. Não me quero alongar a esclarecer estes contra-sensos políticos que são, do conhecimento geral.

É um contra-senso nivelar pela base, mas ainda maior é o que Salazar tem feito, que se pode resumir numa frase que se encontra nos "Resumos das Comunicações" ao 4.º Congresso da União Nacional: "As medidas de fomento industrial que o Estado protege, para nos reerguer de uma situação secular de inferioridade, tem favorecido o poderio dos já muito ricos e nada fizeram ou tentaram fazer para alargar o número dos ricos ou o número dos que não possam considerar-se pobres". É o seu critério nas reformas de vencimentos, que melhoram sempre bastante os funcionários das maiores categorias e às vezes deixam na mesma situação ou até pioram a dos mais humildes, que são o maior número. Isto é de uma injustiça que brada aos céus, mas foi o seu critério na reforma de 1953 e na do funcionalis-

mo ultramarino de 1957, em especial se considerarmos o aumento do custo de vida.

Em 1953, o Sr. Bispo de Beja, numa pastoral, afirmativa: "As condições económicas dos pobres não têm melhorado, antes se agravam impiedosamente de ano para ano e o estendal da sua miséria é cada vez mais lancinantes..." "Confrange-nos o coração contemplar homens decrepitos... cheios de dores e de fome... Qual foi a sua história? A de um trabalhador honrado, de um operário honesto; hoje a doença, a idade, a miséria fazem-no arrastar dias da maior e da mais angustiosa tristeza". Na diocese deste Bispo, o número de assalariados ascende a 88% da população ativa, dominando em absoluto o latifúndio. Salazar em trinta anos de governo não se decidiu a fazer uma reforma agrária, para não desagradar aos muito ricos. Se a multidão dos pobres tivesse alguma influência no Governo pelas eleições ou pelos órgãos da opinião pública... O Senhor Bispo do Porto tem falado como grande mestre sobre este assunto.

Salazar, nas últimas eleições, usou de um truque para neutralizar a influência contrária deste ilustre Prelado, anunciando na véspera que ele viria de avião de Barcelona a Lisboa para votar. O Sr. Bispo escreveu-lhe a protestar e expôs os motivos por que não votaria por ele. Essa carta, que devia ser publicada, é um documento notabilíssimo que toda a gente devia ler.

Alguns índices reveladores do bem comum do povo promovido por Salazar.

Em 1950, 40% da população ativa ocupa-se nos trabalhos rurais, e 70% desta é assalariada, isto é, sem terras suas e, o que é mais, sem previdência social. Na Irlanda, por ex., país rural como Portugal, apenas 17% dessa população são assalariados.

No período de 1947-56, a capitação global do rendimento nacional aumentou 32%. A taxa anual desse aumento per capita foi cerca de 3%. Do produto líquido das indústrias coube 40% ao trabalho e 60% absorveu-os o capital.

Na opinião dos técnicos, agravou-se a injusta repartição do rendimento nacional na década 1947-56, perdendo-se mercados potenciais para as atividades produtoras nacionais. Note-se que a remuneração do trabalho na indústria é quase dupla da do trabalho rural. Nos países protótipos do capitalismo aquelas percentagens ocupam posições inversas.

Os profissionais e patrões pagam para as caixas de previdência 22% dos seus ordenados, mas aqueles perdem os salários e abonos de família nos primeiros seis dias de doença (art. 5.º do decreto n.º 37.762, de 24-2-50). Algumas dessas caixas têm saldos anuais da ordem dos cem mil contos, de que Salazar se serve para financiar as grandes empresas e medidas de fomento.

Os profissionais; quando desempregados, não recebem subsídio algum (art. 53.º do decreto n.º 21.699, de 29-9-1932), salvo autorização do Governo, não obstante pagarem 2% e os patrões 1% para o Fundo do Desemprego. Salazar aplica este fundo em com participação de construções, uma das grandes obras do Estado Novo.

Eis alguns fundamentos do entusiasmo delirante do povo pelo General Delgado, tomado por seu libertador, o qual foi esmagado por todos os meios pelo governo de Salazar.

Desta política hiper-capitalista e desumana resultou que o baixo nível de vida de Portugal é agora ainda mais baixo em relação aos outros países, do que ra há trinta anos.

Salazar, continuando na sua entrevista, depois de concluir sabidamente que a democracia é uma ficção, diz:

"Não creio no sufrágio universal, porque o voto individual não tem em conta a diferenciação humana. Não creio na igualdade, mas na hierarquia... Considero perigoso atribuir a todos os mesmos direitos políticos".

Estas afirmações revelam em ideário político um atraso de um século sobre o comum europeu.

Acima disse que não cria que o Poder encontra a sua origem na massa. Assim estabelecida uma confusão para atrair os católicos; não distinguia a origem remota ou primeira do Poder, da sua origem próxima. A primeira está em Deus. Mas a segunda reside em todo o

homem, por direito natural. É porque Deus nos deu uma natureza que necessita de se agrupar em sociedades para o seu pleno desenvolvimento. Sendo o homem o titular deste interesse, é ele o sujeito do direito que o protege, ou seja o direito de soberania, ou poder supremo de mandar, que delega nos seus representantes a não ser o exerça diretamente. É o caso da democracia direta usada nas antigas e pequenas sociedades. Esta doutrina é tão antiga, que tem as suas raízes no Evangelho e foi definida na Escolástica, em especial por S. Tomás de Aquino. Mas Salazar não creu no meio próprio de a pôr em prática, o sufrágio universal. Se se refere ao sufrágio universal absoluto, em que até as crianças teriam direito de voto, estamos de acordo. É um direito condicionado a um certo desenvolvimento. Não deverá a capacidade política coincidir com a capacidade civil? Ou será mais justo fazê-la depender da cultura, da riqueza e das idéias políticas, como em Portugal? Mas então porque é que Salazar quando tomou conta do governo fechou escolas do magistério primário e outras? Para que concentra a riqueza cada vez mais em poucos?

É porque com o sufrágio livre e honesto S. Excia. já não estaria no poder, daí o perigo para ele de atribuir a todos os mesmos direitos.

O sufrágio universal é, além do mais, uma arma de defesa das classes populares, é um freio a opor às tentações de despotismo dos governantes e um meio de os levar a promover a elevação ou o bem comum das massas e de evitar de se sacrificar a uma minoria privilegiada, como sucedia há um século, antes do sufrágio universal, e ainda hoje neste pobre país.

Eis para que serve o sufrágio universal, que tanto aborrece o Presidente Salazar. Tem defeitos? Sim, como tudo o que é humano. Podem-se, porém corrigir com o voto múltiplo, ou por graus ou corporativo.

Mas como preferir-lhe os sistemas praxista, estaliniano ou outro semelhante, que escravizam as massas e destróem os direitos naturais e a dignidade da pessoa humana? Ou temos que admitir que só existe a matéria, ou dar a primazia a estes valores pessoais e do espírito sobre todo e qualquer outro.

Salazar declara que não creu na igualdade, mas na hierarquia. Mas, Sr. Presidente, onde está a contradição entre estes dois termos nos seus conceitos sociais?

Quem creu na hierarquia tem de admitir o necessário conceito político-social de igualdade. Um justamente exige o outro; não são contrários.

A igualdade opõe-se o privilégio, não a hierarquia.

Neste sentido, igualdade significa as mesmas oportunidades para todos. Isto é, que a sociedade não deve favorecer uns e desfavorecer outros na luta pela vida. Só assim se revelam ou seleccionam os verdadeiros valores, as hierarquias por mérito próprio.

Como nas corridas, todos devem partir da mesma meta; depois é que se distinguem os melhores.

Ninguém de bom senso pode desconhecer as desigualdades naturais, que precisamente a igualdade social visa valorizar e aproveitar em todos, para o bem social.

Negar esta igualdade é afirmar o privilégio, portanto, e não a hierarquia. Foram os injustos privilégios das classes sociais que originaram as grandes revoluções.

Em Portugal a instrução, por ex., é tão cara e a vida tão difícil para a grande maioria das famílias, que muitos valores se perderão para a sociedade, enquanto nulidades favorecidas ascendem aos comandos.

Quase todas as afirmações do Sr. Presidente mereciam comentários, mas temos que nos restringir, porque isto já vai longo. Apenas mais algumas. Prossegue S. Exa.

"A liberdade que não se inclina perante o interesse Nacional chama-se anarquia e destruírá a Nação.

Como quem define o interesse nacional, em Portugal, é o Presidente Salazar, ser contra a sua política é não se inclinar perante aquele interesse, e torna-se por isso réu de anarquia e de traição à Nação, caindo sob a alçada da "Gestapo" portuguesa, que se chama "Polícia Internacional e de Defesa do Estado" (PIDE). Estado aqui identifica-se com Estado Novo, ou política de Salazar. O nome define a função desta gestapo.

Em seguida enumera Salazar os diversos deveres do Estado, o que daria larga margem para comentários. Quanto à família basta saber que à funcionária pública não concede nem um dia para a maternidade. Apenas são justificadas 8 faltas antes do parto e 15 depois, sendo todas descontadas no mês de licença anual, a que todo o funcionário tem direito. É fácil avallar o drama das funcionárias que este-

jam para ser mães. Algumas perdem para sempre a saúde.

Com o mesmo respeito pela verdade e a justiça, prossegue Salazar: "Permite a todos recorrerem contra os abusos da autoridade e proíbe a pena de morte"

E' pena que o Presidente não explique como e para quem recorrer de tantos abusos do governo, como das milhares de prisões, torturas e até mortes pela PIDE, de pessoas contra quem, muitas vezes, nada se prova.

Como recorrem essas vítimas dos enormes prejuízos materiais, perdas de bens e empregos, da saúde e da vida de parentes?

Como recorrem das demissões ou aposentações tantas e dos melhores professores universitários e de outros graus de ensino?

A pena de morte por crimes políticos foi abolida em Portugal em 1852. Foi porém restaurada por Salazar, com a sua PIDE, sem sentença Judicial nem decreto.

O Jornalista: "Creio, Excelência, que não reconhece o direito à greve"

"Somos pobres demais para permitir-nos esse luxo... Tem de admitir-se que os interesses patronal e operários, são no final, coincidentes e não contraditórios; que tem de atender-se a um terceiro interesse que também está em causa — o interesse da sociedade — e que deve aceitar-se uma organização através da qual os interesses possam definir-se e conciliar-se, reconhecendo ao Estado a posição de árbitro.

Eis afirmações que exigiam longo comentário.

A greve um luxo! Isto é esquecer que ela foi a única arma eficaz para libertar, da escravidão e da miséria mais negra, os operários e suas famílias subjugados pelo capitalismo no século passado. Os homens, com as mulheres e as crianças à mistura, não tinham limite de horas de trabalho nem condições algumas de segurança.

As pessoas eram máquinas que o capitalismo explorava o mais possível e pelo menor custo.

A greve, ou apenas o seu receio, fez respeitar a dignidade do trabalhador e promoveu uma mais justa distribuição do produto do trabalho, o que a Igreja tem sempre recomendado e patrocinado pela voz autorizada dos papas e dos sociólogos cristãos. Alguns prelados subsidiaram os grevistas.

A greve com fins exclusivamente profissionais e de último recurso é aceite pela doutrina social cristã e pelo direito de todos os povos civilizados, com excepção de Portugal e Espanha. Nos países governados por uma ditadura do proletariado é lógica a proibição da greve. O Doutor em Ciências Políticas-Sociais, Alberto Muller, S. J. diz no seu livro "Economie Politique": "E' de escravidão o regime que só vê na greve rebeliões e guerra civil"

Somos pobres, mais uma razão para que a distribuição do produto do trabalho seja mais equitativa.

Afastado o receio da greve, vimos já o critério dessa distribuição em Portugal: cerca de 40% para o trabalho e 60% absorvidos pelo capital.

E' crime a greve, e não será maior crime a subida injustificável dos preços dos produtos de primeira necessidade de certas indústrias, de que resultaram lucros da ordem dos milhões de contos? Ou para esses de País já é rico? Daqui uma grave desnívelamento entre a remuneração do trabalho e o aumento do custo de vida, donde a proletarianização geral da classe média, e a miséria dos trabalhadores.

O surto do General Delgado parece ter convencido, finalmente, Salazar da desumanidade deste governo, visto que ele, logo após as eleições, em 1 de Julho, prometeu num discurso "a actualização dos vencimentos em relação pelo menos com o custo de vida e o beneficiamento das classes mais modestas em harmonia com as diferenças que se notam no próprio nível que a vida hoje tem." E isto para entrar em vigor em Janeiro de 1959. Cumprirá com o prometido? Tenho a certeza que não.

Prometeu igualmente resolver os problemas mais prementes, o da habitação e o da assistência na doença aos funcionários. Se alguma coisa fizer do que agora promete há que o agradecer ao General.

Salazar não admite a greve porque, diz: Os interesses patronal e operário são coincidentes e não contraditórios... Seria assim se todos fossem anjos, mas é o próprio Salazar que mais adiante diz a Groussard: "Não se governa no espaço e para anjos, mas na terra e para homens."

Vimos atrás a "excelente" situação dos trabalhadores em Portugal, pois Salazar entende que essa situação é a mais vantajosa que se pode desejar e por isso diz: "ENTRE NÓS ele (o direito à greve) já não é um meio de conseguir maiores

vantagens para os trabalhadores, mas só a arma da política comunista."

Quanto à coincidência dos interesses patronal e operário, ela não passa de um sonho de Salazar, que na Rússia levou o trabalho, com muita luta e muito sangue, a dominar o capital e a fazer-se Estado. Entre nós, vai-se dando o mesmo, porém em sentido contrário.

Para vencer os abusos dos fortes, só a força da associação dos fracos, mas Salazar privou-os dessa única arma, forçando-os a reconhecer ao Estado a sua posição de árbitro e a aceitar a sua organização corporativa, instrumento da sua política de domínio absoluto do trabalho.

Na protecção dos direitos privados, os governantes devem sobretudo preocupar-se com os dos fracos (Pio XII), procurando realizar uma justa harmonia entre os interesses em presença na justiça e na liberdade.

Contra a greve Salazar opõe que "tem de atender-se a um terceiro interesse — o da sociedade —", mas porque não invoca este mesmo interesse par impedir o aumento dos preços pelos produtores associados em grêmios e nas juntas? Ou a possibilidade de viver das grandes massas da população não se integra no interesse da sociedade?

Eis como Salazar tem aumentado a riqueza dos riquíssimos e alargado o número dos pobres e dos indigentes.

O corporativismo de Salazar é falso, porque nele são os argumentos da força que comandam o diálogo inter-profissional.

É falso, porque o essencial do são corporativismo (lefa-se sobre a assunto a admirável alocução do Sr. Bispo do Porto de 29-1-1957), é o direito de associação livre para a defesa dos associados e sua auto-determinação.

Esse direito conquistou-o o trabalhador no século XIX, com o suor e o seu sangue, nas barricadas e prisões e enfrentando os pelotões de execução.

Em Portugal há que o reconquistar de novo. Este direito baseia-se na natureza humana obra, de Deus não lho deu o Estado e, portanto, não lho pode tirar.

E segue Groussard: dirigindo-se ao Presidente Salazar: — "Quando suprime a censura? Salazar foge à resposta directa, pelo que se desprende que não pensa suprimi-la. Compreende-se; sem ela seria irresistivelmente derrubado com o seu governo, em poucos dias. Discorre em seguida sobre os diferentes sistemas que visam evitar os danos sociais causados pelos meios de publicidades, concluindo que o problema em parte alguma do mundo está satisfatoriamente resolvido.

Isto não é verdade, porque em muitos países o problema nem se levanta, bastando os tribunais ordinários se chamar à responsabilidade quem nela incorrer.

Depois diz que, aceitando-se constitucionalmente que a opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, ao Estado cumpre defendê-la dos factores que a desorientem contra a verdade e a justiça. Ora, com a censura prévia, não é a opinião pública que serve de elemento fundamental informador da política do governo, mas antes este é que se arroga o papel de elemento fundamental na formação da opinião pública, impondo-lhe a sua própria opinião em defesa, como ele diz, da sua verdade e da sua justiça. Com esta violência apenas tem conseguido divorciar-se da Nação.

Qual o governo que se pode arrogar portador de uma verdade política e de uma justiça social absolutas, dogmáticas, para impô-las?

A verdade e a justiça de uns, é para outros o erro e a iniquidade.

Como admitir a imposição de idéias políticas, se até a Igreja Católica dispõe, no seu cânone 1.351, que ninguém será forçado contra a vontade a abraçar a fé?

Embora se não reconheçam direitos ao erro evidente, é devido todo o respeito às pessoas que o acitem como verdade.

"Abafar a opinião dos cidadãos, reduzi-los ao silêncio forçado é, aos olhos de todos os cristãos, um atentado ao direito natural do homem, uma violação da ordem do mundo estabelecida por Deus", disse Pio XII. Prossegue o entrevistado: "Se porém a censura não intervir na apreciação da vida administrativa e política, e se limitar a evitar as campanhas de excitação, os insultos pessoais, os ataques injuriosos, então poderemos dizer que ela trabalha sem prejuízo para o bem público." Este é realmente um bom conceito de censura, tão bom que ela para isto nem necessita existir, pois há o recurso aos tribunais ordinários para os cidadãos chamarem à responsabilidade quem ofenda a sua honra e

dignidade, os seus direitos. Na verdade, durante o mês de liberdades concedidas pelo Presidente Salazar, tantas das eleições presidenciais e de deputados, a Censura deixa passar quase todas as críticas à política de Salazar, mas alguns dos seus autores vêem-se depois detidos pela Pide, por semanas ou meses, sem acusação concreta.

Seria apenas para evitar insultos pessoais e ataques injuriosos que, sendo recusada a sua venda por alto preço proposta por um órgão do Estado, e após a Censura lhe ter tornado a vida negra com os seus cortes. "O Trabalhador" foi proibido de se publicar? Informa-se que este respeitável semanário era órgão da Liga Operária Católica, assistida e dirigida pelo mui Reverendo Dr. Abel Varzim, formado em Ciências Políticas-Sociais, e virtuosíssimo sacerdote.

Seria só pelo mesmo motivo que a Censura tem proibido o aparecimento de dezenas de órgãos culturais e informativos? que atinge publicações escolares? que apreende, às vezes com aparato policial, obras literárias, científicas e artísticas, invade as artes plásticas, retira trabalhos de exposições e destrói-os? atinge conferências discursivas até parlamentares? encerra bibliotecas, limita a acção cultural de associações académicas e outras?

O entrevistado refere depois o repetido e "patriótico" argumento da incapacidade dos Portugueses para justificar a sua tutela, sem ver que é ao contrário; a sua tutela é que promove essa incapacidade.

Como educar um povo no uso das liberdades, privando-o do seu exercício?

Segue-se o outro estafado argumento das desordens do passado. "A História não se desfaz nem se refaz", mas que ao menos se respeite patrioticamente a verdade perante o estrangeiro que a desconhece.

Nesse período de 1910 a 1926, fase de transição de um regime, de 8 séculos de existência, para a República democrática, os Portugueses não perderam as suas virtudes ancestrais e alguma coisa de bom se fez. Não esquecer que entramos na Grande guerra de 14-18, e combatemos em três frentes, além de sofremos repetidas revoluções e incursões monárquicas.

Não se deve ignorar que todos os povos tiveram períodos, mais ou menos agitados, de adaptação aos regimes parlamentares e democráticos; não foi só o português. Na própria Inglaterra, viu-se, em 1832, um duque de Newcastle, em Newark, despedir 587 locatários por terem votado no seu adversário político. Negociavam-se então abertamente os lugares de deputados e muitos eram adquiridos por herança; eram também presos os jornalistas e dominada a opinião pública. Em ambiente assim propício, medrava a corrupção em larga escala.

E, finalmente, diz o entrevistado: "Em 26, falhos de recursos, apelou-se para a Sociedade das Nações com o fim de esta nos proporcionar um empréstimo... e reclamou condições que pareceram incompatíveis com a dignidade nacional... Foi nestas circunstâncias... que forçado vim ter a Lisboa..."

É lamentável que mais uma vez o Presidente Salazar se engane e entre agora em contradição com as suas próprias afirmações feitas não num discurso de propaganda política, mas no seu relatório que precede a sua reforma monetária, decreto-lei nº. 19.869, de 9 de Junho de 1951.

Todavia, este é o argumento mais repetido pelos defensores do Estado Novo. É um grave erro de história afirmar que o Estado Novo encontrou em 1926 as finanças portuguesas arruinadas e o País no descuido e na bancarrota, falho de recursos e que então apelou para a Sociedade das Nações a mendigar um empréstimo.

Começa S. Exa. por dizer no referido relatório que "fomos duramente experimentados pela conflagração europeia (1914-18), e por via dela (e não só pela detestada política partidária) desorganizamos mais fortemente ainda todos os factores da nossa economia e das nossas finanças... Estes problemas começaram com a crise de 1891..." E mais adiante: "A moeda não se mantém muito afastada do par até a guerra".

Para nos dar a evolução do escudo desde 1914 a 1931, apresenta um quadro em que figuram os valores médios anuais da cotação de Londres da libra cheque: Ali se vê que a libra passa lentamente de 566(3), em 1914, para 8519(6) em 1919. A crise trazida pela guerra, diz ele, determinou depois a queda do escudo até 1924, em que a libra se elevou ao máximo de 157500.

Depois, diz Salazar, a política de revalorização da moeda, iniciada no começo de 1924, foi em ritmo tão acelerado que a libra baixou de 150533, em Agosto desse ano, para 99573, em Dezembro do mesmo ano. É então o próprio Estado que, para evitar a crise resultante das inevitáveis repercussões na vida económica lançada pelo maior valor da libra, moderou desde Dezembro o movimento revalorizador do escudo, e impediu áue a libra descesse de 74875. O mesmo quadro indica que, em 1926, no advento do Estado Novo, a libra contava-se a 94877.

Depois é que a política financeira do Estado Novo provocou a desvalorização do escudo a tal ponto que, em começo de 1928, a cotação da libra em Londres chegou a 118500 e, diz Salazar, as reservas de ouro, que o Tesouro havia constituído em Londres, foram quase esgotadas. Estas reservas montavam a quatro milhões de libras em Maio de 1926, data em que surgiu o Estado Novo.

As despesas públicas, que somavam em 1925, 1.265.600 contos, passaram logo em 1926-27, para 1.803.800 contos, agravando-se, no primeiro ano do Estado Novo, em 538.200 contos.

Depois do equilíbrio orçamental estabelecido pelo Dr. Afonso Costa, em 1912-13 e 1913-14, os déficits orçamentais subiram, devido às causas atrás referidas, mas, em 1925-26, achava-se esse deficit reduzido a 63.500 contos. E o previsto para 1926-27, na proposta do Ministro das Finanças, Dr. Marques Guedes, era apenas de 8.000 contos.

A administração financeira do Estado Novo, com o general Sinel de Cordes nas Finanças, elevou esse deficit previsto para o efectivo de 611.108 contos!

Depois é que surgiram o caos financeiro, a falta de recursos e as condições vexatórias, que nos impuseram para a concessão de um empréstimo, que pedimos no estrangeiro. Salazar é então em Abril de 1928, chamado para a pasta das Finanças e realiza a sua notável obra financeira.

O relatório de 1929 do Banco de Portugal, citado no referido relatório tem afirmações desde género: "Mas dos números acima vê-se também que o Banco de Portugal tem hoje, apesar dos progressos conquistados em relação a 1924, menos predomínio sobre o mercado monetário do que tinha em 1913."

Não se compreende como é que o Presidente Salazar se esqueceu que não foi em 1928, mas em 1928 que deixou a sua cátedra de Coimbra e veio ocupar a pasta das Finanças em Lisboa.

"Portugal oprimido"

Capitão Fernando Queiroga,

Da autoria do nosso amigo e correligionário, acaba de ser publicado o volume "Portugal Oprimido" (Subsídios para a história do fascismo em Portugal), cuja leitura recomendamos a todos os nossos leitores. No próximo número do nosso jornal faremos ao livro do cap. Queiroga os comentários que o mesmo merece. "Portugal Oprimido" pode ser adquirido nas principais livrarias, ou através da "Editora Germinal" (Caixa Postal 142, Agência postal da Lapa, Rio de Janeiro).

Portugal Democrático

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Caixa Postal 5294
São Paulo

Diretor-Responsável:
OTAVIO MARTINS DE MOURA

Expediente

Duas uteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 18 horas
Assin. anual 30,00
Assin. especial .. 100,00
Número avulso .. 3,00

E depois de Salazar?

Queimando castelos e fantasmas

por VICTOR DA CUNHA REGO

"Suprimir a oposição ou mesmo impedi-la, simplesmente, de se pronunciar, de se realizar, é uma coisa extremamente grave: con-vite ao terrorismo" — André Gide.

"Portugal Democrático" publicou no seu penúltimo número um artigo que marca o início de uma nova etapa da imprensa portuguesa das últimas décadas, na medida em que visa a elaboração de projetos que possam definir a ideologia e as respetivas execuções no campo prático do Portugal de amanhã.

Depoimentos muito mais válidos do que o nosso virão certamente a ser publicados nestas páginas mas, porque para isso concorre o fato de nos encontrarmos radicados nesta cidade de São Paulo — portanto próximos da redação deste jornal — e o nosso temperamento irreverente, não quisemos deixar de exprimir os nossos conceitos.

A queda do "Estado Novo" está para breve, a crer nas mais variadas informações que nos chegam da metrópole. Que sucederá então quando Salazar cair?

A igreja, com aquela prudência e aquele sentido de antevista que a costumam caracterizar, já soltou o primeiro grito de alarme. Organização poderosíssima, a mais poderosa das organizações que conhecemos, constitui sem dúvida a entidade melhor informada do mundo ocidental. A carta dirigida ao presidente do Conselho por um dos seus mais ilustres prelados não nos impressionou muito como crítica formulada contra o dr. Salazar (outros homens já criticaram o regime com igual capacidade e certamente teriam surgido mais se a repressão policial e extra-policial não fosse tão feroz e desumana) mas chegou a provocar-nos pasmo pelo que representa de grito angustioso de um sacerdote que vê ameaçada a sua confraria e procura salvaguardá-la de futuros dissabores. De qualquer forma, testemunho ou tese, esse documento notável serve para provar quanto está próximo o fim da oligarquia salazarista e deve servir de motivo de reflexão àqueles que se têm batido com a coragem da honestidade pela mudança do regime português, no sentido de os levar não só a formular críticas mas também a equacionar, desde já, os problemas prementes que advirão com os primeiros dias de liberdade.

O DIA SEGUINTE

Destruído o hábito político no povo português, proibido todo o acesso à cultura que não convenha aos moldes situacionistas, amordaçados ou mortos os poucos intelectuais que conseguiram uma formação estranha ao tipo do ensino ministrado nas universidades portuguesas, interditas as reuniões políticas da oposição, presos aqueles que procuravam, construtivamente, apresentar programas contrários ao governo, Portugal não se encontra preparado para o dia de amanhã. Que sucederá então?

Tudo é suscetível de acontecer na política de um país que a não possui. Mas segundo aquilo que percebemos da sociedade portuguesa é natural que, se até lá os espíritos mais esclarecidos não se unirem em torno de um programa de trabalho cujo esforço nos atemoriza só ao idealizá-lo, a esta oligarquia suceda outra, a qual, para maior lástima, bem poderá ser composta pelos homens que desta fazem parte. Segundo pensamos, e temos fortes razões para isso, os atuais comandatários financeiros do Estado Novo são os únicos à excepção dos comunistas que estão trabalhando com os olhos postos no futuro. Eternos traidores dos princípios morais, os capitalistas preparam-se em silêncio para o futuro, beneficiando do sossego que a polícia salazarista lhes proporciona. Prepararam-se ativamente e serão certamente os primeiros a saudar a alvorada, pedindo apenas como paga dos seus generosos aplausos uma pequena quantia: o liberalismo, o parlamentarismo imediato. Sabem que tomando essa diretriz serão obrigados a suportar reivindicações sucessivas que o operário lhes irá fazendo, pouco a pouco, mas sabem também que poderão contar ainda durante muito tempo com a passividade do camponês e com os lucros provenientes de um inevitável aumento de produção. Ora será por isso que lutamos?

Portugal partirá do zero. As metas económicas e sociais a atingir são inúmeras. Se, como tudo indica, os capitalistas puderem

continuar no comando, criando uma nova reacção, o aproveitamento do homem e a valorização da sua condição humana, não surgirão jamais. Teremos assim perdido a batalha, mais uma vez.

DURANTE DOIS ANOS

Deixámos Portugal há bem pouco tempo e julgamos conhecer ainda com propriedade o que sente o homem português. A nossa profissão possibilitou-nos múltiplos contactos com as diversas classes sociais e estamos cientes que o português fará uma dívida total de si próprio aos chefes que se seguirem à queda do salazarismo no comando dos destinos da sua Pátria. Sem solução particular para os imensos problemas nacionais, despolitizado, expurgado de quaisquer perspectivas político-sociais, o homem de Portugal sustenta a respiração por alguns meses, mostrando rara docilidade, mandando calar o irmão que se atreva a reivindicar ou criticar seja o que for durante aquele tempo. A Nação vai esperar e os seus

destinos vão depender apenas dos homens que formarem a cúpula, que detiverem o privilégio do mando. Das respectivas atitudes, da sua cultura, da sua coragem, dependerá então a Pátria.

Supunhamos que o País irá imediatamente para a fórmula parlamentar. Algum de nós poderá duvidar do que acontecerá? Algum de nós poderá pensar na validade de partidos sem estruturação? Não será isso uma traição para com o próprio povo, o qual aceitará, estamos certos, essa diretriz de bom grado como aceitaria qualquer outra que não fosse o odioso "Estado Novo"? As gerações arrependidas dos Movimentos precipitados dos anos que medearam entre 1910 e 1926 estão no fim. A inexperiência de uma sociedade fará a repetição da história. Os governos tornarão a sossobrar por um imposto de tostão. Demagogos baratos mas inteligentes aparecerão certamente a liderar massas operárias ou rurais, possivelmente a soldo de empórios financeiros nacionais e estrangeiros. E, o que será pior, o homem desabitado do tumulto, não dará conta do progresso intelectual e cultural que, malgrado tudo, adviria desse estado de coisas e, sentindo-se traído, passaria a ansiar por qualquer outra coisa — que bem poderia ser, novamente, um regime fascista. Há um limite para (Continua na 7.ª pág.)

Uma geração frustrada

por Fernando Lemos

Não nos iludamos. Há muito que o português se habituou por via das circunstâncias, bem o sabemos, a comportar-se como um desalentado. A pensar como quem tem criança e desiste dela na hora do parto introduzindo-a de novo no ventre.

Mêdo? Sim, mas também um evidente desalento. Mais desinteresse que revolta. Mais demissionário que raivoso. Não me assusta tanto o saber que certos livros foram proibidos e impedidos de circular, como o saber e sentir que outros não chegaram sequer a ser escritos (e conhecidos muitos) por terem os seus autores chegado à prematura conclusão de que não valia a pena, e de que se o tivessem escrito, só lhe podia isso trazer mais oportunidades para amaldiçoar as próprias vidas. E não penso só em livros — penso em quadros, penso em idéias e penso até em atitudes que afinal morreram bem antes de serem idéias. Sou um pessimista! Mas será muito pessimismo reconhecer que o povo português vive adiando e adiando-se há mais de trinta anos, já para não falar noutros adiamentos que de mais longe vêm. Que se pode otimisticamente concluir de um estado de espírito criado na base desses várias adiamentos? Porque havemos de pensar insistentemente que o povo se acomodou por mêdo? O mêdo não é até o que quase sempre faz as pessoas revoltarem-se?

Pobre do nosso povo no dia em que lhe levantarmos a cortina para dar a perceber que ele não está mais na moda! que é um povo guardado, que as suas leis e o seu jôgo foram já superados no resto do mundo! Que Portugal perdeu o último combóio para a Europa e terá de ir a pé só para perder mais tempo! que vai ter de esperar mais uma vez nem se sabe o quê. Sempre à espera o povo português! Esperou pelos cais tempos sem fim os amigos e os irmãos que partiam para as descobertas, só para ficar mais esquecido e confundido entre a aventura e a glória, mas sempre a contas com o sofrimento de que nem os historiadores se dignaram falar. Espera o D. Sebastião mesmo nas manhãs de primavera! Espera sempre pelo relógio político para acertar os seus horários com todo o resto.

Pobre do nosso povo quando verificar que tem de pagar caro o luxo traçoireiro de ter gozado paz nos tempos de guerra entre os vizinhos e ainda, mais pobre se sentir ao ver que, apesar de tudo, os países destruídos se recompuseram já dentro do conserto moderno da vida. Pobre do povo quando souber entender a humilhação de terem os seus filhos crescido e aprendido equitação nos cavalos oficiais e que ganha-

ram outras regalias em Legiões Ilustórias pagas com a fome e a ignorância. Pobres de nós todos, os lidos e os analfabetos, quando quizermos ou pudermos pisar tranquilos os túmulos da chamada *união nacional*, e medir o nosso sangue para verificar se ele vai abastecer-nos suficientemente na luta contra o cancro que herdámos. Ou, para não dizer pobres, bastante infelizes.

Penso já, nesta hora em que se fala de grandes esperanças, nos ratos espertos que aprenderam a nadar para saber abandonar o navio. Não sou, enfim, tão pessimista, para que acredite numa consequente anarquia, ao se transpor esses dias da grande "queda". Mas vejo cansaço por todos os lados. Diz o pintor Almada Negreiros que "os portugueses deram a volta ao mundo e ficaram cansados". Pois é. Depois dormimos trinta e dois anos no socêgo de média luz da scristia e agora, quando entrarmos na luz da rua acordados, teremos, ai de nós, de saber abrir os olhos para não cegar!

De um país de salazaristas e salazarentos, que me perdoem os otimistas, não se nos oferece um futuro tão radioso e imediato...

Mas, afinal, o pessimismo só entra em vias de confissão, mesmo quando se trata de resposta a inqueritos, se algo de esperança ainda está em nós louco para se justificar. E eu seria um inútil se nesta hora alegre, em que todos parecemos ver nascer uma nova vida em Portugal — e que esperamos ela seja uma vida realmente portuguesa — não dissesse que acredito em que tudo o que há de bom, seja no que for, se manifestará como valor eterno e permanente, sejam quais forem as opressões que nesses valores tenham exercido o tacão de qualquer bota de ferro. Talvez, quem sabe, tudo resulte numa até agora pouco definida faceta da nossa mentalidade. Talvez num novo estado de espírito que só pode nascer do outro que se tem contrariado e para o qual não temos formas de o saber prever facilmente. Talvez numa inesperada reforma da maneira de ser da nossa gente. Quem sabe até se não passa de um mesquinho saudosismo nós estarmos a lembrar ainda o ditador de Santa Comba, esse ambicioso aldeão a quem a História e a Igreja deram tanta corda e ensinaram a disfarçar-se de humilde.

Ponho-me a pensar no DEPOIS

Após as exéquias...

por FERNANDO CORREIA DA SILVA

Miguel Urbano Rodrigues, no penúltimo número de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" pergunta, pertinentemente, qual o processo de se implantar o socialismo em nossa pátria, após as exéquias da ditadura salazarista. Em primeiro lugar devemos considerar que o ódio popular contra o atual regime português é, antes de tudo, ódio contra a tirania política e ódio contra a tirania económica.

Liberdades democráticas e uma sensível melhoria do nível de vida são, atualmente, as grandes aspirações de nosso povo. Se o governo que se seguir ao de Salazar não as atender de imediato, arrisca-se a lançar o país em convulsões anárquicas, a que se seguirá uma desilusão política propícia a um novo 28 de maio.

Pergunto eu: poderá um governo com um rígido programa socialista atender de imediato a essas reivindicações básicas? Aceitará o nosso povo, após trinta anos de sacrifícios, o novo sacrifício de uma industrialização acelerada? Receio que não. Portugal é uma potência economicamente estagnada; a única coisa que é hoje passível de ser aí socializada, é a miséria. Encaremos os factos sem preconceitos (preconceitos quer daqueles intelectuais que se afirmam socialistas, mas que no fundo temem o socialismo, quer dos militantes que rezam por cartilhas sectárias):

Os únicos países que até hoje passaram pela experiência socialista, discordemos ou não dos métodos empregados, foram a União Soviética, a China, as Democracias Populares e a Jugoslávia. E neles, portanto, que temos que ir buscar ensinamentos. Parecem-me ser a Hungria, ou a Roménia, aqueles que mais se prestam a comparações com o Portugal de após Salazar. São, como o nosso país, pequenas potên-

cias de território exíguo; e foram, como o é Portugal, nações industrialmente atrasadas e governadas por ditaduras fascizantes. Prefiro tomar a Hungria como exemplo, porque são mais abundantes as informações que nos chegam sobre a vida económica e política desse país.

Na sua avançada sobre Berlim, o Exército Vermelho favoreceu a implantação de um governo de coligação na Hungria, do qual participavam comunistas, sociais-democratas e representantes dos partidos camponeses. Governo esse que, em dois anos (1945-1947), realizou a reforma agrária, liquidou com a inflação, procedeu à nacionalização das principais indústrias, instituiu uma legislação social, e projetou o primeiro plano trienal. Nas eleições realmente livres de 31 de agosto de 1947, o povo húngaro votou a continuação do programa social do governo ao colocar no Parlamento uma vasta maioria de deputados comunistas, sociais-democratas e "camponeses" progressivos. Diversos foram os jornalistas e intelectuais estrangeiros que testemunharam, nessa época, um verdadeiro entusiasmo revolucionário, sem "mises-en-scènes", por parte da juventude e povo húngaros. E na verdade, nunca a Hungria atravessara um período tão próspero, jamais o povo magiar tivera um tão alto nível de vida.

Depois... depois foi a tentativa de sedução imperialista do plano Marshall, foi o mêdo (motivado pelo "trauma isolacionista") levando a União Soviética a garantir, "fosse como fosse", sua influência sobre a zona oriental da Europa, foi a liquidação dos governos socializantes de coligação democrática, foi a implantação de ditaduras do proletariado nos chamados países de Democracia Popular. Consequências? Os Comunistas, únicos no poder, passaram a copiar o modelo soviético, tentaram fazer de cada uma das pequenas nações da Europa Oriental uma miniatura da União Soviética, taxaram de contra-revolucionários e perseguiram todos aqueles que se opunham ao absurdo e pesado ritmo de industrialização, e colectivação da terra. E já que o povo não se dispunha a aceitar tais sacrifícios, o terror policial passou a garantir os objectivos dos Partidos Comunistas, estes, cada vez mais desligados das respectivas realidades e ambições nacionais. O epílogo? Berlim, Poznam, Budapeste.

Felizmente, creio existirem condições para que o socialismo, em Portugal, não venha necessariamente a sofrer o pêso destas tragédias.

Pergunto aos comunistas portugueses que são, indubitavelmente, os grandes heróis da resistência antifascista:

— Que motivos levaram Krushchiov a promover, no XX Congresso, a "liberalização" do regime soviético? Não sabia ele, não sabia o P.C.U.S. que a denúncia das arbitrariedades cometidas ao tempo de Stalin, solaparia, inevitavelmente, a acção dos Partidos Comunistas do Ocidente? Não atendeu ele apenas a uma necessidade interna ao denunciar o anterior regime de terror, desobrigando, por isso, os Partidos do ocidente, de toda e qualquer ajuda? Não pretendeu ele apenas consolidar as posições do bloco socialista, e com essa consolidação impor a coexistência pacífica dos dois blocos? Não promovem ele, inclusive, a liquidação do Kominform? Não sugeriu ele a possibilidade de existência de diversas vias para se alcançar o socialismo, ao "reabilitar" Tito? Não foi assim dada uma maior liberdade de acção, e uma maior liberdade de errar e corrigir os próprios erros, aos Partidos Comunistas do ocidente?

Infelizmente, o pensamento de Krushchiov não era o pensamento de todos os membros do Presidium da União Soviética. E esta política de "liberalização" foi, em marchas e contra-marchas, novamente se convertendo em "mão de ferro", assim que as Democracias Populares a quiseram converter numa bandeira. Ainda o velho receio da União Soviética de ver-se, uma vez mais, isolada... Como exemplo das marchas e contra-marchas do progressivo endurecimento dessa política liberal, lembremo-nos que, dias antes da ocupação de Budapeste pelas tropas soviéticas, o marechal Zhukov afirmava acreditar que o governo de Nagy era realmente um governo popular.

(Continua na 7.ª pág.)

Os catolicos e o Estado Novo

"Portugal Democrático" publica hoje o texto integral de um documento, de alto interesse, divulgado na Metrópole em junho passado e que teve enorme repercussão nos meios católicos. O seu autor, o eng. Lino Netto, do Centro da Informação Católica distinguiu-se durante a campanha eleitoral pelo dessombro com que procurou demonstrar o equívoco geralmente aceito de que é dever de todo o católico apoiar o Estado Novo.

"Os acontecimentos graves que acompanharam a última campanha eleitoral puzeram, à consciência dos portugueses, problemas que, passado o período passional dos debates, interessa esclarecer e ponderar devidamente, se não com uma total imparcialidade — por impossível —, pelo menos com a serenidade e objectividade que permitam tirar deles os ensinamentos indispensáveis. Alguns desses problemas dizem especialmente respeito aos católicos, quer por se ter usado e abusado durante a campanha da invocação dos princípios católicos e da liberdade da Igreja, quer pela afirmação repetida de que os católicos estavam e deviam estar em determinado campo, quer ainda pelo apelo, glosado em diversas gradações, de que estava em causa a própria civilização cristã. E por isso necessário que também os católicos contribuam para o esclarecimento sereno das questões levantadas e, para o fazer, invoquem a sua qualidade de católicos.

Os católicos e a política

É difícil aos católicos exprimir a sua opinião sobre assuntos políticos precisamente *enquanto católicos*, isto porque a Igreja Católica se tem sempre definido e procura manter-se fora e acima desse domínio, à parte uma afirmação dos princípios gerais da moral cristã e do direito, que devem informar qualquer solução efectiva. Um católico não tem, por isso, o direito de pretender apresentar as suas opções políticas como consequências necessárias da sua religião, o que seria confundir as verdades permanentes do Cristianismo com as teses transitórias das contingências políticas; mas, por outro lado, é natural que as suas opiniões reflitam as raízes cristãs que devem orientar a sua vida: é mesmo este o seu dever, desde que saiba a sua interpretação falível e a ponderação da sua escolha pessoal, por mais sincera e profunda que seja, dos princípios cristãos que não mudam. Acresce ainda que a chamada opinião dos católicos, como grupo sociológico, não é apenas condicionada por motivos de ordem religiosa, mas, em grande parte, por factores de natureza histórica, económica, política, psicológica e até de classe, que a fazem variar de lugar e de época para época, e que nada têm que ver com o Cristianismo como doutrina.

O que expomos aqui é portanto a título meramente pessoal, representativo embora dum sector católico importante, que não quiz, ou não soube, ou não pôde, tomar parte activa nos debates. Não temos qualquer mandato oficial ou officioso, e, se o tivéssemos, menos poderíamos invocá-lo para falar de política, a não ser que a Hierarquia tivesse fixado uma posição concreta, o que só faria se entendesse que estavam em jogo valores morais ou religiosos fundamentais.

O totalitarismo do Estado-Novo é anti-cristão

Não há dúvida que, de início, a maioria dos católicos apoiou o Estado Novo: em grande parte por motivos não religiosos — os católicos da época situam-se predominantemente nas camadas mais

conservadoras e mais às direitas, — mas também por que tinham sido vítimas das tendências anticlericais do período anterior; como muitos portugueses, viram, portanto, com bons olhos um regime que se propunha estabelecer a ordem na administração e nas ruas, e evitar a demagogia. Posteriormente, dentro da Situação, o poder passou para as mãos dos católicos, o que confirmou a primeira atitude de aceitação, e esta foi-se acentuando à medida que foram sendo satisfeitas antigas pretensões católicas, porventura mais além do que muitos esperavam. No entanto, numa terceira fase, o Estado Novo, estabelecida a pretendida ordem nas ruas e na administração, e satisfeitas as citadas pretensões, em vez de evolucionar no sentido duma institucionalização autêntica — que poderia ter dado o apaziguamento da família portuguesa, — acentuou, cada vez mais, as suas tendências totalitárias, o que deu dois tipos de preocupações aos católicos conscientes, por um lado o próprio carácter anti-cristão de um sistema totalitário, mais grave ainda se se apresenta como inspirado nos princípios cristãos; por outro lado, o facto de comprometer a Igreja pela sua aparente solidariedade com o regime, tanto mais que, sob a capa duma protecção ostensiva, se cerceavam as liberdades dos movimentos católicos, como aconteceu concretamente com o jornal "O Trabalhador" e com os congressos da J. O. C. e da Liga dos Homens Católicos, e com outras organizações.

Por estes motivos, muitos católicos, pensando interpretar as mais sólidas e recentes instruções pontificias repudiam os métodos e objectivos do Estado Novo, e, entre esses, estão precisamente aqueles que mais seriamente procuram adaptar o seu Cristianismo ao complexo social que os rodeia. Isto não impede que outros católicos, na sua ponderação, dêem predominância a uma efectiva protecção externa que tem sido concedida à Igreja e apoiem, por isso, a actual situação. A estes se juntam todos aqueles que, por motivos de ordem sociológica, preferem a tudo um regime de força, pelo medo do Comunismo, acentuando por uma propaganda persistente e orientada, e que estão dedicados a acatar o princípio, nada cristão, de que, em política, o fim justifica os meios.

O catolicismo português é um dos mais formalistas e superficiais da Europa

A doutrina cristã é profundamente personalista, isto é, baseia-se no respeito da pessoa humana, proclamando o valor da autonomia e liberdade de consciência e os direitos espirituais e materiais do homem; mesmo se apela para a solidariedade e disciplina, baseia-se sempre numa aceitação consciente e autónoma que garante a dignidade do indivíduo. Pelo contrário, um sistema totalitário pretende impôr a todos os cidadãos uma opinião uniforme e rígida, necessariamente simplificada, sobre os grandes problemas do universo e do agregado nacional, aniquilando as divergências do pensar e do agir que constituem o que de precioso existe em todo o ser humano consciente e livre.

Expostas estas duas tendências, parece que só uma informação deficiente pode explicar que algumas pessoas independentes e de boa fé tenham ainda dúvidas sobre qual a orientação do Estado Novo. Bastaria analisar em pormenor o panorama da nossa cultura e os sofrimentos materiais e morais das pessoas que se inte-

ressam por estes problemas; o estado e os processos de esclarecimento das questões políticas de que a recente campanha é exemplo típico e acabado; os métodos de repressão política, económica e de todos os géneros que, numa gama completa de gradações, procura atemorizar as consciências; a sequência do desenvolvimento económico que descarta manifestadamente os interesses fundamentais da grande maioria dos portugueses; a organização corporativa em flagrante contradição com o espírito das encíclicas; a situação do catolicismo português que, apesar e por causa da protecção oficial, é um dos mais formalistas e superficiais da Europa. O menos que poderá afirmar-se é que a doutrina e a prática do Estado Novo não podem considerar-se, de qualquer maneira, inspirada nos princípios cristãos.

Uma obra de saneamento não autoriza a moldar a inteligência e a consciencia de todos à imagem e semelhança dum unico homem

Durante a campanha, mais uma vez se procurou justificar o regime com a apresentação duma obra realizada, em confronto com a do período anterior. Nada há de comparável entre os dois períodos, nem no tempo de duração nem no tempo de duração nem nas circunstâncias que os rodearam, e muito menos nos recursos técnicos, económicos e populacionais de duas épocas da história, do mundo e da Europa, e do próprio condicionamento acidental da história portuguesa.

A obra positiva realizada em 3 anos seria, pelo menos, igualmente conseguida por qualquer governo razoavelmente fortalecido, mesmo que o seu poder não fosse ilimitado; com homens razoavelmente competentes, mesmo que não fossem objecto dum culto absoluto de personalidade; e desde que fosse razoavelmente estável, mesmo que pretendesse considerar-se indiscutível e definitiva. A sua vantagem está em ser um governo forte, mas o seu grave inconveniente está precisamente em que essa força é ilimitada, não admite qualquer crítica e não é orientada de acordo com os interesses gerais da população. Uma obra de saneamento, mesmo eficaz, não autoriza a manter para todo o sempre a Nação em estado de menoridade mental e material, nem a moldar a inteligência e a consciência de todos a imagem e semelhança dum único homem.

E' necessária facultativo à opposição os meios legítimos de expressão, de doutrina e de educação

O período eleitoral correspondeu ao aparecimento em grande escala de um movimento nacional, simbolizado pelo Sr. General Humberto Delgado, a que repugna, nas circunstâncias actuais, dar o nome de Oposição; primeiramente, porque não há nem pode haver uma doutrina estruturada, já que a Situação não permitiu a discussão séria e prolongada dos princípios que a podiam ter formado; em segundo lugar, porque se não trata apenas de um grupo de pessoas, mais ou menos prestigiadas, que possa discordar de um sistema de governo. É um movimento espontâneo de quase toda a Nação que se descobre de repente a pensar e sentir da mesma maneira ao desaproveitar o regime vigente; e, ao dizer regime, poderia dizer-se o grupo que nos governa, pois em Portugal não há um sistema institucionalizado, tudo se reduz a algumas pessoas, e, por isso, quando se pensa em escolher um Chefe de Estado fora desse gru-

po, automaticamente se está a discutir do regime.

Ao contrário do que afirmou, na última campanha, o Sr. Ministro da Economia, a Nação não está dividida entre o Estado Novo e uma Oposição votada ao ostracismo. Toda a obra positiva do Estado Novo tem sido realizada com a colaboração técnica e profissional de muitos portugueses competentes que, na sua maioria e quase sempre os melhores, não estão politicamente com a Situação, embora os vários métodos de intimidação lhes não permitissem tomar parte no debate político durante a campanha. Isto sem menosprezo por aqueles que, já de há muito ou recentemente, têm tomado atitudes corajosas e participado nos escassos períodos de debate, por vezes com sacrifício grave das suas situações económicas ou mesmo da sua segurança pessoal e aos quais, pelo seu número relativamente pequeno, o Governo procura reduzir a Oposição.

Há que ter em conta, por qualquer processo, este movimento nacional de opinião e dar-lhe os meios legítimos de expressão, de doutrina e de actuação.

O regime carece de uma doutrina

Falta uma doutrina à Oposição! No entanto, também o regime após 30 anos de poder, não conseguiu estabelecer uma doutrina coerente e estruturada que seja independente do grupo de pessoas que ocupa o poder, e os últimos acontecimentos lançaram-no num caminho que torna impossível qualquer evolução capaz de dar audição a todos os portugueses honestos.

Nestas condições, o regime não deve nem pode ser definitivo, e, se temos de reconhecer o risco que uma falta de doutrinação adequada das elites e das massas faz correr ao país, perante uma mudança brusca, todos devemos desejar que ela se faça sob a égide de um programa mínimo e orientado por uma pessoa ou grupo com audiência necessária para fazer ouvir a voz de bom senso e congregar as competências que felizmente existem e que, em inúmeros escalões, têm dado ao Estado Novo a sua colaboração técnica, mas a dariam com mais gosto e mais eficiência a um regime de dignidade humana. Estas condições foram realizadas pelo movimento em torno do Sr. General Humberto Delgado: possivelmente outra solução, e certamente todo o retardamento, farão aumentar os riscos sem evitar o perigo.

O chamado perigo comunista

Resta-nos focar ainda a tecla, tão glosada durante a campanha, do perigo comunista, para justificar a necessidade de um forte poder pessoal, como legítima defesa da civilização cristã, aliás, identificada, de forma muito discutível, com uma sociedade errada na sua estrutura e materializada na sua consciência.

Não parece provável, nos tempos mais próximos, a concretização dum regime de tipo comunista em Portugal, nem pelos condicionamentos da política internacional, nem pelo estado de evolução da economia e do povo português. De resto, a força, grande ou pequena, do Comunismo entre nós, não resulta de uma adopção integral dos princípios do Comunismo internacional, mas sobretudo, de uma aspiração de justiça honesta e respeitável de uma parte da juventude generosa de Portugal, e esta força será tanto maior quanto mais opressão e injustiça existirem. Aliás, mesmo que estas afirmações pudessem

Rubem Braga escreve:

O general Craveiro, etc.

Um português exilado no Brasil acaba de publicar um livro contando histórias torvas do regime salazarista. Ainda não li esse "Portugal Oprimido", de Fernando Queiroga, mas li os dois prefácios, um de Paulo Duarte, outro de Roberto das Neves. Neste ultimo vem uma revelação interessante: nosso amigo o general Craveiro não está mais nas boas graças do oficialismo.

O caso é que o ministro da Guerra, Santos Costa, quis ser promovido a general e, por intermédio de Salazar, pediu ao então presidente da Republica, general Craveiro Lopes, que assinasse o decreto de promoção. O general Craveiro respondeu que não podia fazer isso, porque o coronel Santos Costa não tem curso de Estado-Maior. Santos Costa em vista disso começou a dizer cobras e lagartos do general Craveiro, o que provocou um revide público de um filho deste, também oficial do Exército. O ministro da Guerra mandou prender o rapaz e exigiu sua condenação. Isso motivou a embolia cerebral que matou a esposa do general Craveiro.

Quando terminou o seu mandato, o general Craveiro não foi apontado para a reeleição: não servia para o papel passivo de um Carmona. Em seu lugar entrou, através de uma eleição cinicamente roubada, o contra-almirante Americo Tomás, "um pobre homem, vaquético e cheio de ácido úrico como o Carmona".

O candidato da opposição, o general Humberto Delgado, aviador, foi removido para a reserva, aos 52 anos de idade, perdendo dois terços de seu ordenado...

A impressão que me fica de tudo isso, e também daquela corajosa carta do bispo do Porto condenando o regime, é que Salazar está chegando ao fim. Já não será sem tempo...

O livro, comentarei depois; quem o quiser comprar peça a Editora Germinal, avenida Treze de Maio, 23, 9.º andar, sala 22, Rio; é com o maior prazer que aqui faço esta modesta propaganda.

("Fóllhas", de 8-XI-58)

não ser certas, se, de qualquer maneira, há-de haver violências e perseguições, parece preferível que os cristãos, por uma questão de princípios, estejam do lado dos perseguidos e não dos que perseguem.

Numa luta que haja de travar-se neste campo em Portugal, a grande força dos cristãos tem de ser a de terem razão, a verdade inalienável dos seus princípios que devem procurar viver acima de tudo. O resto é apelar, sob a capa do Cristianismo, para os instintos egoístas e primitivos de alguns, ainda por cima, proposadamente mal informados.

A campanha eleitoral veio tornar manifesta uma confusão lamentável entre o campo político e religioso que resulta, por um lado, de uma completa falta de esclarecimento doutrinário da grande média dos nossos católicos e, por outro lado, da manifesta falta de consciência cívica e política dos portugueses.

Urge, por isso, realizar um esforço de aprofundamento doutrinário e purificação dos princípios cristãos, em face dos problemas políticos e sociais que possam levantar-se; esta tarefa deve constituir preocupação fundamental daqueles católicos que sentem as dificuldades e compreendem o perigo grave a que a continuação deste estado de espirito faz correr ao futuro do Catolicismo em Portugal e à paz e prosperidade da Pátria Portuguesa.

Lisboa, Junho de 1958.

Trinta anos de censura e de obscurantismo em Portugal

por João Alves das Neves

Não são apenas os jornais portugueses que diariamente recordam aos seus leitores que foram "visados pela comissão de censura". Com uma frequência inquietante, os oficiais que já não serviam para o exército e por isso foram reformados mas que são considerados aptos para censurar os jornais de Portugal, cortam, truncam e alteram de tal maneira os telegramas das agências telegráficas internacionais ou as notícias de âmbito nacional que, não raramente, como sabem todos quantos trabalham ou trabalharam na Imprensa de Lisboa ou do Porto, certas informações acabam por ser publicadas declarando exatamente o contrário do seu sentido inicial.

Dois acontecimentos vieram, nos últimos dias, recordar a existência da nova inquisição firmada e desenvolvida amplamente pelo governo de Salazar. O primeiro relaciona-se com a notícia vinda de Lisboa, segundo a qual o escritor e editor português Castro Soromenho fora "convidado" a cessar totalmente as suas atividades editoriais. A causa ainda não a conhecemos exatamente, mas parece estar ligada à publicação do romance "Viragem" daquele autor e que foi, de resto, editado por casa diferente da sua.

O outro caso diz respeito à visita ao Brasil do diretor da agência fascista lusa ANI, admitindo-se que o agente de Salazar procure, neste País, por todos os meios, tentar desfazer a má impressão com que ficou a Imprensa Brasileira do desenrolar da "eleições" de 8 de junho findo. A agência em questão, detestada pela esmagadora maioria dos jornalistas portugueses, em virtude de deturpar sistematicamente o noticiário internacional, tem como objetivo primordial o endeuamento do "chefe" da chamada "revolução nacional" (que Gomes da Costa e outros oficiais do Exército fizeram, sendo mais tarde exilados ou presos), e as suas fabulosas despesas são cobertas pelas astronômicas verbas de propaganda do regime.

Não chegou ainda a oportunidade de se fazer o balanço aproximado dos prejuízos sofridos pela Cultura Portuguesa desde que o Sr. Oliveira Salazar impôs a censura aos escritores do país de Gil Vicente e de Camões, de Antonio Vieira e de Alexandre Herculano, de Antero e de Eça de Queiroz, intelectuais que estariam sem dúvida nas masmorras ditatoriais se fossem vivos e intentassem a publicação das obras que escreveram para o enriquecimento do patrimônio espiritual da nação. De resto, a censura é uma instituição que não pode, mesmo em princípio, servir de tema para qualquer impossível discussão. E, assim, a maior parte dos intelectuais portugueses recusa-se a debater a questão, limitando-se sempre a exigir a sua abolição pura e simples. Também pela nossa parte nos limitaremos aos fatos, sem comentários.

O "ensino" de Salazar

A exemplo dos seus "mestres", Mussolini e Hitler, também no domínio do ensino o ditador de Santa Comba quer ficar lembrado pela monumentalidade da sua "obra". Tanto no que se refere aos edifícios da Universidade de Coimbra e de Lisboa, como no da liquidação de todos os que, professores ou alunos, não navegam nas águas turvas do sistema "unitário e corporativo". Socorrem-nos da pena do escritor Paulo Duarte, que há poucos meses ainda escreveu (1): "A Universidade de Coimbra, como qualquer outra Universidade portuguesa, não se afasta da política que mais convém a Salazar. A prova? Pois aqui vai uma pequena lista de alguns professores, alguns apenas, universitários portugueses que foram sumariamente postos para fora das respectivas cátedras e expulsos das universidades de Portugal porque

não mereciam as simpatias do sr. Salazar: Fernando da Fonseca, Pulido Valente, Gastão Anciães, da Faculdade de Medicina de Lisboa; Abel Salazar, da Faculdade de Medicina do Porto; Aurelio Quintanilha, da Faculdade de Medicina de Coimbra; Manuel Rodrigues Lapa, Agostinho da Silva, da Faculdade de Letras de Lisboa; Manuel Valadares, Marques da Silva, Aniceto Monteiro, da Faculdade de Ciências de Lisboa; Mario Silva, da Faculdade de Ciências de Coimbra; Rui Luis Gomes, Alfredo Pereira Gomes, da Faculdade de Ciências do Porto; Mario de Azevedo Gomes, do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa; Bento de Jesus Caração e Zoluar Nunes, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa. Todos, professores universitários, alguns deles notáveis professores que foram destituídos por não baixarem a cabeça à ditadura. De modo que as universidades portuguesas são umas coisas espiritual e intelectualmentemente emaculadas, onde impedia a mediocridade tão necessária à rigidez ditatorial".

Ao rol enunciado pelo conhecido escritor brasileiro, acrescentamos, porém, de cor, os nomes dos professores Antonio José Saraiva e Antonio Pinto de Carvalho, "afastados" da Faculdade de Letras de Lisboa, assim como os de Oscar Lopes (Faculdade de Letras do Porto) e Arnaldo Peres de Carvalho (Instituto Superior Técnico de Lisboa). Um inventário mais cuidadoso faria surgir outros nomes destacados da "intelligentia" portuguesa. Por isso nos limitamos a indicar ainda o encerramento das Universidades Livres do Porto, de Lisboa e de Viseu e de dezenas, senão centenas, de associações culturais espalhadas pelo país inteiro.

"A censura raramente intervém..."

Paradoxalmente, a Constituição Portuguesa em vigor começa por reprimir a censura, conforme nos indica a "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira" que, a propósito da nefanda palavra, esclarece: "A liberdade do exercício do direito de expressão por meio da imprensa nunca deixou de ser reconhecida, pelo menos em princípio", nomeadamente através do discutido art. 8.º, n.º 4, da Constituição de 193. Mas o decreto n.º 22.469, de 11-IV-1933, apressa-se a ratificar, no seu art. 2.º, que "continuam sujeitas à censura prévia as publicações periódicas (2) definidas na lei de imprensa, sempre que nelas se versem assuntos de caráter político e social".

O ditador definiu recentemente, em entrevista ao semanário fascista de Paris, "Aspects de France". (3) o que pensa da censura: "Em Portugal, e de momento, a liberdade de expressão de pensamento encontra-se, sem dúvida, limitada por uma censura. Mas todos os jornais, qualquer que seja a sua opinião, são autorizados a publicar-se. Na realidade, a censura só raramente intervém quando se trata de problemas de política interna e de críticas relativas a atos de Administração (...). Os jornais estrangeiros podem normalmente vender-se em Portugal, com exceção de publicações comunistas".

E' evidente que, uma vez mais, Salazar se refugia no sofisma. Nos últimos anos foram proibidos pela censura os jornais portugueses "O Diabo", "Pensamento", "Sol", "Lerá", "Arvore" e "Sol Nascente", além de inúmeros periódicos regionais. Há pouco mais de um mês, os serviços de censura vetaram a publicação do jornal "A Semana", que seria dirigido pelo escritor José Cardoso Pires e teria como redator principal o escritor Castro Soromenho — veto que surgiu depois de cumpridas (e aceites) as formalidades legais. Quanto aos jornais estrangeiros que poderiam entrar livremente em Portugal, não se compreende qual a lei que proibiu a venda de diversos números

do diário "Le Monde" ou do semanário "L'Express", nem tampouco a entrada de "O Estado de S. Paulo". Com efeito, não consta em parte alguma do mundo (a não ser, talvez, aos censores de Salazar) que estes jornais são comunistas...

Cerca de 200 escritores "subversivos"

Periodicamente, o Gremio dos Editores e Livreiros de Portugal anuncia, nas suas circulares confidenciais, que novos livros e autores passam a figurar no "index" do regime. A lista tem engrossado dramaticamente e nela figuram obras de três escritores brasileiros: Castro Alves, Graciliano Ramos e Jorge Amado. Mas a estes autores "subversivos" juntam-se nomes como os de Albert Camus, Malraux, Zola, Nietzsche, Faulkner, Malaparte, Dos Passos, Sartre, Bernanos, Tolstoi, Gorki, Gogol, etc. Quanto aos escritores nacionais, há uma lista de, pelo menos, 60, que viram suas obras truncadas ou interditadas pela censura, desde Antonio Sergio a Castro Soromenho, Fernando Lopes Graça, Henrique Galvão, Jaime Brasil, João de Barros, José Régio, Manuel Teixeira Gomes, Miguel Torga, Teixeira de Pascoais...

No capítulo teatral, não podem ser representadas peças de Alfredo Cortês, Régio, João Pedro de Andrade, Luis Francisco Rebelo, Bernardo Santareno e outros. A policia destruiu telas de artistas diversos

nomeadamente a quando da realização de uma exposição geral de artes plásticas em Lisboa, assim como um painel de Julio Pomar que se encontrava no cinema "Batalha", do Porto. Quanto ao cinema, o plano foi tão perfeito que a exigência da apresentação prévia do argumento eliminou todos os filmes que não incensassem a "obra grandiosa". A musica também não escapou — e os emissores de radio não podem difundir, a não ser com excepcionabilíssimas autorizações que praticamente ninguém se atreve a pedir, as composições de Luis de Freitas Branco ou de Lopes Graça...

O panorama não é risonho. Encerramos, porém, estes apontamentos breves com uma declaração do romancista Ferreira de Castro (4): "Em Portugal, entre as primeiras circulares que a censura mandou à imprensa, havia uma que proibia a reprodução de certas paginas de Herculano, de Eça de Queiroz, de Ramalho Ortigão e de Guerra Junqueiro, quer dizer, de alguns dos mais inclitos espiritos que Portugal teve e que háo-de sobreviver a todas as ditaduras e a todos os ditadores". Para que, os comentários?

(1) "Correio Paulistano", de 28 de junho de 1958, e "Anhembi", de agosto de 1958.

(2) Os livros editados sem censura podem ser apreendidos.

(3) Transcrita em "Noticias de Portugal", de junho de 1958, boletim editado pelo Secretariado Nacional de Informação.

(4) Jornal "República", de Lisboa, 16-5-58. (Artigo publicado em 7-X-958 pelo jornal "o Estado de S. Paulo")

Até 10 de dezembro ainda recebemos donativos para "O Natal do preso político"

A comissão oportunamente nomeada para tratar de recolher os donativos destinados ao "Natal do Preso Político Português" já iniciou os seus trabalhos e entregou-nos as primeiras listas. Os portugueses e amigos de Portugal que queiram colaborar nesta humanitária iniciativa podem fazê-lo ainda por intermédio dos membros da referida comissão ou através da redação do "Portugal Democrático", na condição de nos fazerem chegar as suas ofertas até ao próximo dia 10 de Dezembro, impreterivelmente. Todas as importâncias serão mencionadas nas colunas do nosso jornal, de acordo com as indicações dos subscritores. Aqueles que desejem colaborar nesta iniciativa de solidariedade para com os nossos queridos companheiros que sofrem as agruras da prisão, por se terem voltado contra a ditadura salazarista, pedimos o obséquio de nos remeterem, com a possível urgência, as importâncias com que desejarem contribuir.

No próximo número de "Portugal Democrático" anunciaremos aos nossos leitores os meios de que dispomos para fazer chegar às mãos dos presos políticos portugueses o produto da subscrição, completando, então, a lista das quantias recebidas. Até ao momento em que encerrávamos esta edição, registámos os seguintes donativos:

Um leitor — 100,00; "Portugal Democrático" — 1.000,00; Pedro Ramos — 100,00; Carlos Maria Araújo — 500,00; José Santana Mota — 100,00; Miguel Urbano Rodrigues — 100,00; Vítor Cunha Régio — 100,00; João Alves das Neves — 100,00; Carlos Cruz — 500,00; Maria Isabel Costa — 100,00; Cicero da Cunha Lopes — 100,00; Abel Carmona Pinto — 100,00; Juvenal Amorim Calheiros — 100,00; Abel Correia Lemos — 100,00; Cesar Agostinho — 100,00; Hotel "Atlântico" — 100,00; José Guilherme Dias — 100,00; Maria Helena Cruz — 500,00; Domingos Oliveira — 100,00; Dr. Vitor Ramos — 100,00; Carlos Silva — 100,00; Um escritor — 500,00; Pau de Pita — 100,00; Crispim Ponte — 200,00; Fernando Nazaré — 100,00; Felix Amaral — 100,00; Virgílio Spinola — 100,00; X.P.T.O. — 200,00; Gilberto Car-

doso — 200,00; Pacheco — 100,00; E. P. A. — 200,00; n.c 181 — 100,00; Alvara Landerset Simões — 500,00; F. G. M. — 100,00; J. Coelho — 100,00; Armando Pinto — 200,00; De um ex-pensionista do Aljube — 1.000,00; Comandante Sarmento Pimentel — 3.000,00; Anónimos — 400,00; Carlos Neves 500,00; Lusitano — 500,00; Intransigente anti-salazarista — 200,00; De um ex-pensionista de Caxias — 500,00; Francisco de Souza — 200,00; Anónimo — 200,00; Manuel Bento — 1.000,00; José Barata — 200,00; Joaquim Duarte Batista — 500,00; Paulo de Gois — 200,00; Jaime Augusto — 200,00; João Abel Martins — 200,00; Um filiado do M. U. D. — 100,00; Virgílio Pais dos Santos — 100,00; Silvestre Sezinando — 100,00; Carlos de Brito — 100,00; Manuel Fernandes — Luis P. da Silva — 100,00; Amílcar Rodrigues Carneiro Franco — 1.000,00; Adriano Alves Menezes — 500,00; Graciano Marques de Almeida — 100,00; Agostinha Dims — 50,00; Um alentejano — 100,00; F. Lopes — 100,00; Um transmontano — 200,00; Um beirão — 200,00; M. S. D. — 200,00.

DEMOCRACIA ESPANHOLA

Leia "Democracia Espanhola", órgão dos anti-franquistas do Brasil. Na hora que se aproxima, os democratas portugueses e espanhóis não podem ignorar-se.

AOS LEITORES DE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

Remetam cada vez maior número de exemplares do nosso jornal para Portugal e seu Ultramar. Mandem-nos mais nomes de novos assinantes. Fundem grupos de "Amigos do PORTUGAL DEMOCRÁTICO" e ajudem-nos, por todos os meios, nesta missão em que todos nos empenhamos para libertar a nossa Pátria das garras do fascismo.

Com a nova fase de crescimento em que entrou, "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" é hoje um dos melhores veículos de combate à ditadura de Salazar. Colabore conosco, amigo leitor, enviando para Portugal e Províncias Ultramarinas todos os exemplares que puder. E atenção à censura dos correios...

Aos assinantes do Rio de Janeiro

Comunicamos aos assinantes do Rio de Janeiro que todos os assuntos referentes ao nosso jornal, incluindo a renovação de assinaturas, reclamações, entrega de original, donativos, sugestões, etc., devem ser tratados por intermédio do nosso representante na capital federal Sr. Eugenio da Conceição Mercês, Praça 11 de Junho, 356, telef 43510.

"Fecha-se uma porta..."

Ainda não se conhecem em detalhes as circunstâncias que cercaram a prisão do historiador Jaime Cortezão, Antonio Sergio, ex-ministro da Educação de Portugal e sociólogo e dos professores Vieira de Almeida e Mario de Azevedo Gomes. Todavia o primeiro deles é figura conhecida dos brasileiros e particularmente dos paulistas. Sua prisão causou profundo pesar em S. Paulo, onde o historiador permaneceu por algum tempo, contratado pela Comissão do IV Centenário para organizar a sua exposição de História.

Os paulistas estão do lado do historiador

O historiador Hernani da Silva Bruno, que foi um dos organizadores da exposição de História, juntamente com Jaime Cortezão, iniciou esta série de depoimentos sobre a prisão daquele expoente da cultura portuguesa. Informa-nos que o historiador luso sepre esteve em oposição ao governo de Salazar.

"Trata-se — explica Hernani da Silva Bruno — de um historiador querido no Brasil, pelo conhecimento que tem de nossa história e, particularmente, da história de S. Paulo. Há mais ou menos dois anos Jaime Cortezão publicou um livro excelente sobre a fundação de São Paulo. O mais curioso, porém é que, durante a exposição do IV Centenário, sua colaboração constituiu uma verdadeira propaganda de Portugal e um serviço prestado a sua cultura. E' esse o homem que Salazar mandou prender".

Julgamento do regime

O segundo entrevistado foi o historiador Sergio Buarque de Holanda que foi grave e sucinto:

"A prisão de figuras de importância no terreno da cultura como é o caso de Jaime Cortezão, Antonio Sergio e os professores Vieira de Almeida e Mario de Azevedo por si só já é um julgamento do governo de Portugal. Jaime Cortezão é uma inteligência que honra a cultura de qualquer país. Se o governo português não se honra dela é esse um fato para se lamentar profundamente."

"A SITUAÇÃO DEVE ESTAR REALMENTE SERIA"

O historiador, ensaísta e sociólogo Caio Prado Junior declarou ao reporter: "Quando o governo de um país manda prender, por questões políticas, a homens de 70 a 80 anos que por natureza não podem ter grande atividade e dinamismo, é porque o regime desse país está realmente perdido. Se acontecem coisas dessa natureza é evidente que a situação, realmente, deve estar séria em Portugal. Minha posição não poderia ser senão de protesto contra a prisão desses políticos e intelectuais."

"O REGIME PORTUGUES COMETEU O SEU MAIOR ERRO"

O historiador Helió Damante que foi assistente do professor Jaime Cortezão, na organização da exposição de história do IV Centenário e atual vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, atendendo à solicitação do reporter dos "Diários Associados", declarou:

"Tendo tido o privilégio de privar com o eminente historiador Jaime Cortezão nos trabalhos da memorável exposição de História do IV Centenário de São Paulo, é com surpresa e dor que recebo a notícia de sua prisão por motivos políticos ao lado de homens veneráveis como ele, pela cultura e pelo amor à liberdade. O regime português, cometeu o seu maior erro, tanto mais grave quando atinge frontalmente, na pessoa de um de seus mais dedicados amigos, a própria inteligência brasileira."

"PORTUGAL QUER MATAR A HISTORIA"

Finalmente, o reporter ouviu o jovem escritor Leonardo Arryo, que se declara grande admirador da cultura e dos trabalhos históricos de Jaime Cortezão. "Pelo que se vê — declarou — depois de matar a política, o governo português quer matar a História, com a prisão de um de seus mais ilustres historiadores. Isso, porém, será muito difícil. S. excia. o sr. Salazar não tem tanto poder assim. O que se tem verificado — que cada vez que prende homens que representam a cultura e a civilização, fecha-se uma porta atrás do preso e abrem-se muitas outras para a liberdade. E' evidente que o sr. Salazar está ficando preocupado. E isso significa que seu governo está caminhando para o fim. Que Deus nos ouça e o diabo o carregue!"

(Diário de S. Paulo", 24-GI-58)

LIVROS DE INTERESSE PARA OS DEMOCRATAS PORTUGUESES

FATIMA (História de um grande embuste) por Tomás da Fonseca — 80,00

GUERRA JUNQUEIRO, VIDA E OBRA — Conferencia proferida por Tomás da Fonseca na Biblioteca Municipal de São Paulo — 20,00

LIVRARIA EDITORA LIBERDADE E CULTURA

Rua 15 de Novembro, 18 - 3.º and.
Eficiente serviço de reembolso postal

Queimando castelos e fantasmas

O Brasil condena Salazar

(Continuação da 1.ª pág.)

(Continuação da 4.ª pág.)

a capacidade de compreensão daqueles que não estão preparados para compreender).

REVOLUÇÃO E POPAGANDA

Urge portanto pensarmos numa possível orientação política que corte cerce as possibilidades de naufrágio de uma revolta que embora tardia não deixa de encerrar beleza e dignidade e que de desde já uma garantia aos homens que ainda guardam medos de que depois da peste sobrevenha o dilúvio...

Uma revolução faz-se com idéias. Uma revolução (como aquela em que acreditamos com desespero mas firmemente) difere de um vulgar golpe de armas e fundamenta-se tanto numa idealogia como na meditação sobre os sofrimentos de um povo. O revolucionário, no entanto, não precisa de ser, nem é habitualmente, um técnico. O seu principal alimento é a sensibilidade em face da dor e da necessidade de um povo oprimido. Só depois, quando as suas idéias são postas em marcha é que chega o instante de se estabelecer uma associação entre ele e o técnico cuja cultura especializada se subordinará à sua política de justiça. Por isso mesmo, um programa revolucionário não precisa e conter por definição um esquema em que os problemas da nação se encontrem resolvidos. Julgamos estar isto ao alcance de todos os homens bem intencionados. Seria ridículo ou maquiavélico supor que para fazer uma revolução o homem teria de trazer consigo, na manga do colete, a solução de todos os males que martirizam o país. Apesar disso acreditamos que cabe ao revolucionário o enunciado primeiro das reivindicações populares e o primeiro grito em favor de uma justiça para os desfavorecidos. E julgamos também que lhe cabe por direito próprio a exigência de que as diretrizes seguidas num futuro próximo sejam fundamentadas numa política extremamente realista cujo caráter social sobreleve quaisquer outros.

Dentro d'esse espírito acreditamos na obrigação perante a Democracia a que todo o chefe estará sujeito, por compromisso tácito, de fazer renascer no homem português o hábito político de forma a proporcionar-lhe as armas com que enfrentará mais tarde os problemas da vida nacional. Para esse efeito, o governo poderá apelar para a rádio, a imprensa, o cinema e a televisão que, inclusivamente deveriam incluir nos seus programas um cociente X de trabalhos respeitantes à elucidação dos diversos aspectos da política mundial — com isenção, naturalmente, e propósitos unicamente descritivos. Simultaneamente os partidos políticos iriam dando conta dos seus programas através dos mesmos veículos de comunicação popular sobressaindo sempre da respetiva formulação as questões sociais, as quais conforme, já afirmámos, devem nortear antes do mais os novos rumos da vida nacional.

E evidente que as simples medidas que aqui preconizamos não excluem em hipótese alguma o problema número um do País: o ensino. Como não excluem o papel primordial que o livre acesso a todas as literaturas atuais iria exercer nos destinos do povo nem a exigência urgente de uma revisão drástica dessas casas de ópio que são as Universidades portuguesas. Mas as recentes revoluções mudiais mostram-nos bem quanto essa propaganda direta junto do povo influi e pode ajudar a marcha do ressurgimento.

O ALENTEJO

O impacto emocional representa, hoje, junto de todas as populações em revolução, uma das alavancas mais poderosas do progresso. Aquilo que ontem parecia absurdo e irrealizável surge, depois de um golpe desferido no momento psicológico, como a medida mais natural e impulsiona o homem para uma posição de vanguarda desassombrosa e duradoura. Aproveitando a desconfiança que reinará contra a reação (por uma simples época ou para sempre, isso depende exatamente da política que for seguida) o governo poderá rasgar os horizontes da Nação, decretando uma série de medidas através das quais asseguraria o serviço fúnebre da vigilante oligarquia Portugal apresenta-se como mais um campo ideal

para a efetivação dessa política por possuir um grande problema agrário em suspenso cuja resolução poderá sacudir o País de alto a baixo, derrubando mitos, incenerando déspotas, fazendo com que a consciência popular desperte finalmente; o Alentejo. Mais do que a realização de uma política financeira de moralização, mais do que o enunciado de qualquer outra medida socialista, a solução do problema dos latifúndios alentejanos, pela possibilidade que existe de ser posta em prática durante o período post-salazarista e portanto dentro do tempo concedido pelo homem português, poderá ser, ir mais do que tudo, na nossa opinião para uma melhoria imediata do futuro nacional.

De há muito que o Alentejo constituiu um dos problemas mais prementes da nação. Como se não bastasse o facto de que numa superfície de mais de vinte mil quilómetros quadrados exista apenas a ridícula e espantosa percentagem de um por cento de habitantes proprietários de mais de 95% da terra, dentro do sistema olhado com benevolência pelos salazaristas o regime do inquilinato rustico naquela provincia é um caso de desumanidade. Senhor e arredantário continuam tão diferenciados na sua essência como durante a Idade Média. As rendas atribuídas à propriedade atingem somas inadmissíveis e o prazo de arrendamento é exiguo em demasia para possibilitar uma compensação. De uma maneira geral os arrendamentos não chegam a ultrapassar quatro anos (tempo até há bem pouco considerado indispensável para uma só colheita das materias típicas da provincia) o que provoca o esgotamento do solo em exploração intensa, determinada pela exigência de um quantitativo a alcançar com brevidade e não contribui para qualquer melhoria das condições em que se processa a agricultura por roubar aos rendeiros toda e qualquer veicidade de produzir obras, cujos benefícios venham a longo prazo. O proprietario constituiu-se, assim, numa figura que além de professor e comandar uma técnica social desumana e inaceitável por um povo livre não aplica os seus proventos numa técnica agronomica à qual se poderia emprestar o nome tão em voga de fomento.

Mas não se debaterão tôdas as provincias nos mesmos problemas economicos sociais de que o Alentejo enferma? E' exato. Resta no entanto, o problema da divisão da propriedade a qual assume a nosso ver um papel primordial nos destinos do País. Além do que o caráter particular do homem alentejano, senhor de um forte sentimento telurico, ciente da imensidade da sua provincia, sem a proximidade dos vizinhos, bastante relutante na emigração (ao contrário do etnologo Jorge Dias, não acreditamos que o alentejano deixe de emigrar por falta de recursos financeiros. Tê-lo-ão as outras populações emigratórias?) contribui para enquadrar o problema de forma bem "sui-generis".

Por tudo isto a coletivização da propriedade alentejana seria, a nosso ver, uma necessidade e uma oportunidade magnífica de lançar a nação para fora da "burocracia mental" que promete arruiná-la. Coletivização, pode ser palavra escandalosa para uma sociedade adormecida mas escandaloso também é o facto de nessa mesma sociedade se pretender olvidar que os trabalhadores conscientes sabem quanto é irredutível a oposição entre os seus interesses e os do patronato.

Não apontaremos aqui, nestas palavras brevissimas, qual o método concreto que preconizariamos para a coletivização da terra alentejana. Não diremos quais as fórmulas que nos agradariam. Deixamos a palavra aos técnicos.

HOMENS EM PORTUGAL?

Estamos certos de alinhar espiritualmente ao lado da quase totalidade dos intelectuais politicos portugueses ao afirmarmos que a obra a realizar em Portugal quase nos assombra. Por vezes, até, ao recordarmos o comportamento da nação durante o segundo quartel deste século o desanimo apodera-se-nos da alma, mergulha-nos numa melancolia tão profunda que desejamos fugir para onde não ouçamos sequer a nossa lingua. Lendo as publicações pagas pelos fascistas portugueses, analisando o tom em que são escritas, fixando a atenção nas fotos que publicam, enojamo-nos e renegamos a nacionalidade embora a terra, essa, per-

manença intangível como objeto do nosso maior e mais reverente amor. São os ilustres, os magnificos, os chefes, os altos dirigentes, os reis, os deuses, os homens de bem, que nos enojam. Os seus colarinhos de goma, negação horrível do que representa a condição humana, dão-nos vômitos.

Ainda haverá homens em Portugal?

Ou só haverá supér-homens, posições eretas, em sentido, mascaradas inacessíveis, diferenciação de castas, santos, moralistas, doutores?

A obra de destruição que Salazar levou a cabo foi medonha, inerível quase, para os meios que possuía. Falhou-lhe o corporativismo, falhou-lhe a Mocidade Portuguesa para sedimentar perpetua e diabólicamente o regime. Mas bastaram-lhes essas armas para tornar exangue um povo.

O diretor do jornal em que atualmente trabalhamos regressou há pouco da Argentina impressionado com o aniquilamento do seu povo. Conhecedor profundo dos seus problemas encontrou agora um país descrente, corrupto, em confusão permanente. Peron com o seu justicialismo boliu tanto na administração, transformou de tal forma o panorama social da nação que a obra de ressurgimento parece quase impossível. Peron foi deposto é certo. Mas o que sucedeu entretanto? O governo provisório de Aramburu não aniquilou a máquina peronista não afastou dos postos de comando sindical os homens de confiança do ditador, não limpou o país. Frondizi, politico de incontestável envergadura, eleito por uma coligação de solidez apenas aparente, encontrou-se em face de um país cujas chaves continuavam nas mãos de um "homem exilado". Frondizi hoje está sozinho. E, o que é bem pior, o povo perdeu a fé.

O problema do Brasil é diferente. No entanto, presta-se no caso presente a uma comparação elucidativa. Getulio, por esta ou aquela razão, não pôde, ou não quiz, reformar totalmente a estrutura administrativa e social do país. A sua obra cingiu-se apenas a determinar a política de interesses e a determinada formula de trabalho. Apesar disso vejamos o que se passou no Brasil após a sua morte no campo da política:

a) Os partidos que fundou, PTB e PSD, continuaram e continuam a dominar o país. Constituem a maioria governamental. O Presidente e o Vice-Presidente da República são seus filiados e até agora (13 anos após a queda da ditadura) a maioria dos governos estaduais pertencem-lhes. Filinto Muller, o chefe da Polícia Política getulista é deputado (ou senador?) e "persona grata" das altas esferas. Será preciso acrescentar mais?

Referimo-nos, é bom lembrar, a ditaduras cujo período de duração não se pode comparar nem de longe ao tempo de opressão que Salazar tem mantido em Portugal.

COMUNISTAS? POIS SERÃO LOBOS?

Todos nós devemos tem em mente a lição de 1910 quando implantada uma republica nela ficaram dominando os monarchicos. O liberalismo levado até às suas ultimas consequências pôde ser que seja a doutrina politica mais humana e a mais dignificante. Para isso no entanto será preciso presuportar no homem qualidades de análise científica rigorosissima perante os complexos problemas da vida. E nós não acreditamos que ele os possua atualmente. Piedade e perdão? Objetos de luxo que só devem ser usados quando não existe miseria, tuberculose, abandono, escarnio, joias, colarinhos de goma, sedas, ostentação, preconceitos de cor e de classe.

Se não exterminarmos em Portugal o fascismo tudo se perderá. O que ainda resta para perder.

Para concluir essa obra, para que em Portugal não se repita o trágico erro de tantas outras nações julgamos que o futuro Governo deverá recorrer aos serviços daqueles que, segundo tudo indica, não só possuem claras perspectivas dos problemas nacionais mas também um hábito politico de organização que poderá suprir em parte a "falta de preparação" dos democratas puros: os comunistas. Pôr de lado estas armas, desprezar o Partido Comunista Português — com todas as suas fraquezas e com todas as suas ambições — será quanto a nós, mais do que estúpido, criminoso.

Que terá a perder o Governo com a aliança comunista? Pouco ou nada.

Ou os comunistas portugueses cooperam sem ambições que não sejam de doutrinação (e esta estaria absolutamente certa, na medida em que doutrinação é exatamente o que se torna necessário num Portugal aberto a todas as correntes politico filosoficas) ou as diretrizes de Moscovo clamariam por agitações subordinadas ao possível momento internacional. Neste ultimo caso (que nos parece pouco viavel já que o comunista português está ainda pouco "estruturado" para sacrificar a sua terra em beneficio de uma vitoria tardia e problematica, surgindo nessa contingencia deserções em massa, como no Brasil, por exemplo...) é bom não esquecermos que a força estaria com o Governo.

Medo de que os comunistas, com os seus quadros, as suas inteligencias, a sua cultura politica tomem conta do país? Ridículo.

Portugal levará muitos anos a ressurgir das cinzas. O país, quer se queira quer não, conta com uma força enorme a contrabalançar o possível poderio comunista. Essa força possui também quadros, politica, inteligencia, dinheiro, organização, uma potencia internacional a orientá-la e uma tradição secular: é a Igreja Catolica. Será que todos aqueles que temem como nós que a máquina fascista continue dominando o país depois da revolução podem logicamente recuar que o comunismo tome de assalto a nação num ou dois anos? Não será isso um contracenso gritante?

Consideramos, curvando a cabeça de homem sem filiação partidaria que seria um erro trágico afastar os comunistas. Por tudo e ainda porque acreditamos que nessas circunstancias, sim, eles lançariam a agitação dos proscritos sobre todos os recantos da Patria. Além de que, por muito que pese "aos homens bons" consideramos honestamente que eles podem contribuir em muito para colocar a Patria numa posição de dignidade.

LEITOR DO BRASIL

Portugal Democrático nasceu do teu patriotismo e da tua generosidade. Para que a sua presença na vida portuguesa seja cada vez maior é preciso, indispensável que o teu auxilio seja também maior.

Após as exequias..

(Continuação da 4.ª pág.)

Nada sei das relações entre os Partidos Comunistas do Ocidente e o da União Soviética. Sei apenas que circula o boato de que Kruchiov ter-se-ia recusado a receber um emissário de Prestes. Boato esse que vem reforçar a minha convicção de que existe um desinteresse dos soviéticos pela sorte dos Partidos Comunistas do Ocidente. E, na verdade, desinteresse que se justifica. Já lá vai o tempo heróico em que os comunistas de todo o mundo deviam, antes de tudo, lutar pela sobrevivência da "pátria do socialismo"...

E voltemos ao nosso Portugal após as exequias políticas (e quem sabe se físicas) de Salazar. O único partido realmente activo (pelo menos, nos últimos vinte anos de oposição) tem sido o Partido Comunista. A ele cabe, portanto, a maior parte da responsabilidade pelo êxito ou malogro de nossa segunda república democrática. Que os comunistas portugueses compreendam que, devido a uma impossibilidade geográfica, não poderá nosso país cair dentro da zona de influência soviética. E, compreendido isto, estará dado o primeiro passo para o êxito da II República Democrática Portuguesa.

Planos? Talvez seja antecipar demais; mas por ora, não vejo outra coisa do que um governo provisório de coligação democrática, até que os diversos partidos, expressão das diversas tendências de opinião, tenham amadurecido politicamente (para então se poder convocar, com sucesso, eleições gerais para a Assembleia Nacional). Mas um governo que proceda às primeiras reformas sociais, que decrete as primeiras nacionalizações, que realize a reforma agrária do Ribatejo e Alentejos, que garanta a formação de sindicatos livres e o livre exercício dos direitos consignados na Carta da O. N. U. Será essa, quanto a mim, a condição necessária para que um socialismo democrático se torne viável em Portugal. Mas tudo depende, repito, da maleabilidade e elasticidade de conceitos dos comunistas portugueses.

passou dizendo que representava o povo português, e me lembro, com grande melancolia, que não estive em numerosa companhia naquela fácil campanha democrática. Agora todos reclamam a prisão dos ilustres humanistas portugueses, e eu quase murmuro com melancolia ainda maior: muito bem, muito bem...

Entretanto, numa das últimas sessões da Câmara Municipal de São Paulo, os vereadores Srs. Marcos Melega, Corinto Balduino, Rubens do Amaral e Nicolau Tuma protestaram energicamente contra as prisões, e, lembrando que Jaime Cortezão é "cidadão paulistano", pediram a intervenção do Itamarati com vista à imediata libertação dos intelectuais portugueses.

Associações de estudantes universitários, tanto do Rio como de São Paulo, juntaram os seus protestos contra a nova arbitrariedade do ditador de Santa Comba, salientando os académicos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que "não compreendem e repudiam a injusta e lamentável atitude do Sr. Oliveira Salazar, punindo com a prisão aqueles que, em Portugal, ainda não perderam o ideal e a sua crença na liberdade dos povos e nas tradições democráticas e cristãs das nações civilizadas do mundo hoje.

"O crime de discórdia e o direito de ir para a cadeia" é o titulo do artigo em que o conhecido escritor português Adolfo Casais Monteiro, intelectual que, desde a primeira hora, se opôs "ditadura do obscurantismo. "Se um governo honesto — escreveu pretendesse encontrar quatro figuras do primeiro plano para representarem condignamente Portugal em qualquer conclave internacional, não poderia escolher melhor do que acaba de o fazer o "gang" atualmente no poder, juntando as quatro gloriosas figuras de Jaime Cortezão, António, Cário de Azevedo Gomes e Vieira de Almeida.

Finalmente, de entre as inúmeras manifestações de público repúdio à aviltante acção de Salazar e dos seus acólitos fascistas, destaca-se dos seus acólitos fascistas, destacamos o protesto da União Brasileira de Escritores, no qual se presente, cresce a indignação dos intelectuais brasileiros, tão ligados clama, nomeadamente: "No caso de uma agressão partilhada contra quatro dos mais ilustres intelectuais lusos; e se acrescenta, ainda, essa aindignação, pelo facto de contarem os quatro presos mais de 70 anos de idade. O protesto da U.B.E., que será vazado nos termos mais energicos e inequivocos, constará de peça a ser levada pela própria directoria, na próxima semana, ao cônsul de Portugal em São Paulo".

Pelo resumo breve das manifestações de que damos fé aos leitores de "Portugal Democrático" espalhados por todo o mundo onde se fala a lingua de Gil Vicente e de Camões, pode avaliar-se a enorme repercussão que teve, no Brasil democrático e livre, a prisão de Cortezão, Sérgio, Azevedo e Vieira de Almeida — quatro nomes que bastam, por si só, para que os Portugueses possam garantir ao Mundo que, apesar do obscurantismo salazarista, a "intelligentia" lusitana não se vergou perante o tirano e criminoso ditador.

OS "QUATRO" FORAM LIBERTADOS

Já se encontrava o nosso jornal, quando chegaram de Lisboa os telegramas com a boa nova de que Jaime Cortezão, António Sérgio, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida tinham sido postos em liberdade pelo seu carcereiro. Por falta de tempo e de espaço, limitamo-nos a transcrever o editorial sobre "A verdadeira comunidade luso-brasileira" que, a respeito, "O Estado de S. Paulo" publicou em 30 de Novembro:

"Pela primeira vez em trinta anos, a ditadura portuguesa recuou sobre uma decisão tomada. Jaime Cortezão, António Sérgio, Vieira de Almeida e Azevedo Gomes foram postos em liberdade. Oficialmente — anuncia-se em Lisboa — o julgamento realizou-se à forma prevista, bem como o inquérito instaurado contra o general Humberto Delgado. Mas ninguém duvida já que tal julgamento será mera formalidade, pois ante o rumo dos acontecimentos nenhum juiz ousará condenar aqueles vultos eminentes do pensamento e das letras portuguesas".

Cai sobre nós esta vergonha, mulheres!

por Maria Archer

Quer-me parecer que a mulher portuguesa ainda não toma parte sensível na luta contra o fascismo. O País, e de ponta a ponta, e nos seus homens de escol, os de trabalho e de idéias, ou na massa anónima da população masculina, entrou em luta aberta contra a ditadura salazarista.

Luta em que se contam por milhares os heróis e os mártires, luta que será marcada, na História, pela mesma qualidade de resistência contra a opressão de que deram prova os portugueses de 1580 a 1640. É o poder das armas modernas postas em mãos de mercenários medievais que mantem o salazarismo em Portugal.

"O medo guarda a vinha", diz o velho rifão peninsular. O salazarismo exibe com frequência as suas paradas de material guerreiro fornecido pelos Estados Unidos e a Inglaterra, para que o povo se lembre de que contra o formidável armamento da gang desmerecem as espingardas de caça, as enxadas, as foices, as pedras das ruas, — essas arma que, no passado, davam o triunfo às sublevações populares.

Temos o País em luta com o Governo, guerra fria em que já se ouve o tropel dos cavaleiros do Apocalipse. Temos os homens de Portugal empenhados em recuperar as liberdades fundamentais do cidadão e em estruturar no País um regime económico-social em que o trabalhador não seja sacrificado e roubado até nas esperanças, reduzido à emigração para sobreviver. Nessa batalha vital contra um dos últimos bastiões do fascismo é de lamentar que uma maioria impressionante da mulher portuguesa esteja na barricada do inimigo, e outro número, também importante, colabore com ele sob a abdicação do terror. Existe apenas, lado a lado da massa masculina, (e com raras excepções neste quadro geral) o grupo das intelectuais, seguido pelas trabalhadoras assalariadas, operárias e camponesas, estas últimas, sob o acicade da fome, já passadas ao plano da revolta que saqueia e queima searas e casas mas deixa no solo, metralhados pelas armas fornecidas pela Inglaterra e os Estados Unidos, os corpos dos que pedem pão.

2

A mulher portuguesa é reacçãoária porque é conservadora, como, geralmente, e em toda a parte, é característica feminina. Mulher cujos instintos, carácter, educação,

Julio de Mesquita Filho não visitará Portugal

No seu número de 29 de Novembro, o "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro publicou uma notícia que levantou uma onda de indignação em todo o Brasil: o sr. Oliveira Salazar teria dado minuciosas instruções ao Ministério dos Negócios Estrangeiros no sentido das autoridades portuguesas do Rio e de S. Paulo recusarem o "visto" consular ao dr. Julio de Mesquita Filho caso este o solicitasse.

É oportuno recordar que o director de "O Estado de S. Paulo" — talvez o maior amigo de Portugal em todo o Brasil — fôra convidado pela comissão cujos membros estiveram prisioneiros a proferir conferências em Lisboa e no Porto sobre a marcha das raneas. A notícia não nos surpreende porque a esperavamos. Para o sr. Salazar, o director do maior jornal da America Latina é um elemento "subversivo" que perturbaria a ordem do Estado Corporativo. Como poderia o professor de Santa Comba deixar entrar em Portugal um intelectual que ao longo de toda uma vida de lutas ao serviço da liberdade e da democracia nunca, em circunstância alguma — nem quando Getulio Vargas o lançou nas suas prisões — abdicou do direito de expor as suas idéias? Como deixar que um tal homem pudesse falar ao povo português na sua própria lingua, como admitir que Julio de Mesquita Filho seria autorizado a falar em Democracia num país onde tal palavra e já em si um tabu?

De uma coisa estamos certos: o Brasil em peso reagirá à afronta.

foram tradicionalmente enquadrados em rigorosa ética de submissão e alguns princípios de moral cristã, representa, sobretudo, uma força de estabilidade, uma enraizamento no passado.

O homem português estima o conservantismo da mulher na pátria e ufana-se da sua sujeição ao lar, á moral tradicional, á supremacia masculina. Supremacia a que se afez desde a infância, porque é costume das nossas famílias e que só em raros casos se quebra, pagar aos filhos cursos mais dispendiosos do que ás filhas, ambicionar para os rapazes estudos universitários e contentar-se com o liceal para as raparigas. É costume das nossas famílias burguesas achar perfeita a educação duma rapariga, dado que a prepare para ser honesta, boa dona de casa, elegante de traje, bem falante sobre cinema ou revistas ilustradas; é esse o tipo de mulher que os homens de situação preferem para casamento e o que a sociedade mais incensa; é costume das famílias populares achar que uma rapariga é perfeita se fôr honesta, graciosa, boa dona de casa, trabalhadora, respeitadora das regras de conduta habituais na região — e é esse ente moldado pela tradição conservadora, submetido desde sempre a um treinamento que equivale aos condicionados do Pavlov, que se atribue, em Portugal, a glória da virtude feminina.

Neste exemplar humano educado sob regras tradicionais há, veramente, um potencial de admiráveis virtudes. Ela é esposa e mãe dedicada e disposta á abnegação que é sacrifico. É trabalhadora, económica, honesta, paciente, humilde, meiga, devotada — mas não se lhe peça companheirismo para caminhos além da rotina. Esses, ensinaram-lhe que são os da perdição; esses, em que as gentes desvairam recusa-se a seguí-los e até quererá fechá-los aos homens.

Por isso não se pode contar com a mulher portuguesa (e ressalvo sempre as excepções) para as audiências no campo das idéias político-sociais. A terra prometida após peregrinações no deserto e combates em Canaan, parece-lhe menos segura para criar os filhos que o cativo no Egipto com algum pão. Houve sempre este duelismo na sociedade peninsular — o homem virado para o desconhecido, o oceano, a aventura, e a mulher para a rotina e a estabilidade.

Lamentavelmente, nunca o homem tentou modificar a educação e cultura da sua companheira, prepará-la para o seguir, espiritualmente armada, consciente e voluntária, na rota da aventura — apenas pretendendo que ela o siga sob mandado, que o acompanhe por submissão.

3

Não permito que o homem português se queixe da falta de solidariedade da mulher na resistência ao fascismo. Reacçãoária, conservadora, incompreensiva da problemática social contemporânea, mais sensível aos fenómenos presentes e imediatos que aos de perspectiva distante, aos económicos que aos da cultura, ela é fruto de árvore que outros plantaram, é um produto humano conseguido através da seleção durante séculos e gerações inúmeras em que o pater familias almejava esta finalidade como uma glória do clã. As duras palavras deste artigo podem ser ditas por mim mas não as consinto da pena dum homem. A eles não compete acusação mas contrição.

Nas épocas de crise, quando o homem sente precisão de ser escorada pela mulher para se manter na escala do heroísmo, clama contra o desamparo. Esquece então que a mulher foi tradicionalmente preparada para outros heroísmos e que a esses se entrega cotidianamente e sem limitações — pelo marido, pelos filhos, pelo lar, pela família. Alargar á Pátria e á sociedade o âmbito de acção altruista não entra nas suas cogitações habituais, no seu sentido do Dever, porque ela é um ente de sensibilidade aguçada e inteligência inerte — e a Pátria é um ente das concepções abstratas contemporâneas que sómente a inteligência domina. A mulher esquece-a porque foi preparada para usar no mundo a sensibilidade e guardar a inteligência como depósito genético.

Prisões em Portugal

Uma ditadura é sempre uma ditadura qualquer que seja o figurino escolhido para se apresentar ao mundo. O que acaba de acontecer em Portugal prova que para além da recente remoção ministerial e das repetidas promessas feitas pelo Sr. Oliveira Salazar, o regime do Estado Novo continua fiel aos mais puros modelos totalitários. Quatro figuras eminentes da vida portuguesa foram ontem detidas pela policia politica do regime: os profs. Jaime Cortezão, Vieira de Almeida, Antonio Sergio e Azevedo Gomes, qualquer deles expressão do que de mais valido pode apresentar ao mundo a cultura portuguesa contemporânea. O Sr. Jaime Cortezão como historiador, o Sr. Antonio Sergio como sociologo e o Sr. Vieira de Almeida como filosofo, prestaram a Portugal e á cultura em geral, serviços de tal monta que os seus nomes ultrapassaram há muito as fronteiras do país irmão para se projetarem com singular relevo no plano internacional. A impressão causada pelo gesto da ditadura portuguesa será, portanto, desastrosa em todo o mundo civilizado e muito em especial no Brasil, onde muita gente conhece e admira os homens agora lançados nas prisões da PIDE.

A violência perpetrada é tanto mais chocante quanto qualquer das vítimas, apesar das suas indefectíveis convicções liberais nunca surgira envolvida em enigma conspiração. Mas em Portugal chegou-se a um ponto tal que nem os monarchistas como o prof. Vieira de Almeida têm o direito de discordar do governo. Amputadas há muito as Universidades dos seus melhores valores, o regime, volta-se agora contra os mestres afastados das suas cadeiras, para os lançar nas prisões.

De "O Estado de S. Paulo" de 23-X-1958).

As estranhas "verdades" de "O Mundo Português"

Um dos jornais que, no Rio, se apresenta com um nome português mas que é indigno de o usar, julgou ter chegado o momento oportuno para se pronunciar acerca da sua "independência absoluta em matéria de politica portuguesa". E aproveitou a ocasião para responder ao "jornal que se edita em S. Paulo e se confessa fora da censura de Salazar".

Desconhecíamos a veia humorística com que involuntariamente se confessa o semanário fascista. Nós, os de "Portugal Democrático", "furioso órgão" de "minguados leitores", ainda não podemos, na verdade, acompanhar "com atenção a conduta de "O Mundo Português", mas nunca "por descuido ou má fé", pois essa conduta imparcial nunca se verificou. E com o mesmo humorismo hipócrita, que parece directamente decalcado dos comunicados da "União Nacional", as "verdades" proseguem no mesmo tom de tragicomédia: "Se houvesse conhecimento pleno e desapassionado da nossa conduta por parte dos que ora investem valentes, contra este jornal, certamente saberiam que não tecemos loas nem incensamentos ninguém (...). Temos por vezo dizer apenas a verdade, com absoluta imparcialidade. E basta folhear as coleções de "O Mundo Português", mórmente na fase da propaganda que antecedeu o pleito de junho, para ver que tanto Humberto Delgado e Arlindo Vicente, como o "Chefe de Estado", almirante Américo Tomaz, tiveram acolhida igual em nossas colunas (...). Era isso o que tínhamos a dizer, apenas, sem deixar de lamentar, no entanto, que um jornal que se diz "democrático" não admita que outros tenham opinião contrária á sua..."

A transcrição, embora parcial, é demasiado longa. Mas necessária. Que "O Mundo Português" só diz a verdade — com absoluta imparcialidade!... O "Diário da Manhã" não escreveria melhor nem mais claro. Consultar a coleção do jornal que se declara português, para quê? Apontar as loas e os incensamentos á ditadura que esmaga os milhões que vivem em Portugal, desde o Minho a Timor? Provar, com transcrições, que o pasquim do

As parreiras de Lisboa

por Carlos Maria de Aranjó

É o Diário de Notícias, de Lisboa, em seu número de 6 de setembro — dia em que soprava um sudoeste moderado e havia a possibilidade de aguaceiros para o norte do Mondego, segunda lemos na primeira página — que vimos a noticia admirável: "Há dias na cronica da cidade lançou o nosso jornal a ideia de decorar recantos de Lisboa com vides e parreiras, que dariam á cidade uma carácter e uma personalidade urbana de cidade principal dum país vinícola, cujas tradições são multiseculares".

E depois conta que, não só a Câmara Municipal de Lisboa como o Secretariado Geral da Informação aplaudiram e apoiaram a bela iniciativa.

A esses aplausos juntamos os nossos, os mais delirantes, os mais sinceros. Viva o vinho e vivam as plantas que há seculo o vêm parindo com requinte sobrenaturais! Viva o vinho, viva o vinho. E beba-se vinho, que é o mesmo que dar o pão a um milhão de portugueses, como diz o cartaz da Junta Nacional do Vinho, colado de ponta a ponta nos muros das casas, quintas e quintais de Portugal. Viva, viva a parreira!

Que maravilha, a gente saber que os forasteiros passeiam por Lisboa e nos recantos mais pitorescos lá estará a parreira viçosa, a alegrar a vista.

Vai-se ao mosteiro dos Jeronimos e lá estará, plantada entre os interstícios das esculturas do túmulo de Camões, a parreirinha alegre, cantando "Os Luziadas". Lá estarão as vides enroscadas na estatua do Marquez de Pombal, grande homem, de braço forte. E arrazada a estatua de Antonio José de

LEITOR DE PORTUGAL

Copia à máquina o artigo de que mais gostares e envia-o aos teus amigos.

Almeida, que foi só republicano, seria construído no local um palco, onde aos domingos, pela tarde, se exibiriam os grupos folclóricos de todas as regiões vinhateiras do país.

Os visitantes irão ás galerias do palácio da Assembléa Nacional e lá do alto poderão ver, enfeitando a mesa da presidência, e enroscando-se na haste do microfone de que os deputados se servem para seus belíssimos discursos, vides e mais vides.

Em casa de Sua Excelência haverá parreiras por toda a parte, pelos salões, pelo banheiro, aos pés da cama, á cabeceira e amorosamente enrolada em volta da pia de água benta (comovente efeito!)

As tropas da Guarda Republicana levarão, em vez de penacho no capacete, parreirinhas anãs. E nos chanfalhos, também. Os homens da policia secreta, em vez de emblema da estrela de muitas pontas, terão uma folha de parreira espetada sobre o coração.

Em vez de "A Portuguesa", o hino da pátria será "A Parreira Portuguesa". E os funerais de grandes personalidades do regime serão realizados ao som de "A Parreira Fúnebre".

Haverá banhos públicos de vinho. As entradas dos mictórios serão enfeitadas com parreiras.

A grande moda vai ser, este ano, a parreira. Toda a gente de folha de parreira na cabeça: no chapéu, na mantilha ou no lenço. O dono da mais bela parreira terá um prémio de ida e volta a Paris. Lançar-se-á o perfume Parreira e o papel higiênico Videira.

No Jardim Zoológico, em volta das grades dos leões e dos ursos, parreiras. No Coliseu dos Recreios, nas praças de touros do Campo Pequeno e de Alges, parreiras nas torrinhas.

Fóllhas de parreira, tenras, em vez de carne ou de queijo, na merenda que as crianças levam para a escola. Os operários também deverão ser encorajados a fumarem folha de parreira, em vez de tabaco, que tem nicotina e é horrível para a saúde.

Não há o direito á greve, mas haverá á direito á parreira.

As mulheres de má vida serão proibidas de enfeitarem as janelas com parreiras, para que desgostosas com a proibição se emendem, e assim o Estado consiga acabar com o problema da prostituição, que é gravíssimo.

Os pobres pedintes, em vez de esmola, deverão passar a pedir uma parreirinha por amor de Deus. E devem recebê-las, ás mãos cheias, dos mais afortunados. As diversas Soppas Económicas que há pela cidade serão substituídas por Parreiras Económicas, onde serão vendidas a preços muito módicos pequenas mudas, para regalo dos olhos.

As famílias com parreiras numerosas terão prémios do Estado. Portugal vai ser um parreira enorme, jamais visto. Os viajantes que estiverem chegando de avião, do Brasil, pensarão que estão voando sobre o Amazonas, tanta a verdura. E esse será o primeiro passo para a necessária união dos dois países — a união através de uma ilusão de ótica, de uma miragem, de uma parreira.

Viva a iniciativa. Estamos com ela.

AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES DO BRASIL

Chegou ao nosso conhecimento que diversas pessoas que se dizem portuguesas estão entendendo angariar subsídios que dizem destinados ao movimento de oposição ao governo fascista de Salazar. Avisamos todos os nossos amigos de que, além dos nomes das individualidades que assinam em regra os comunicados dos organismos que no Brasil se opõem á ditadura de Salazar, ninguém, a não ser que se encontre devidamente credenciado por tais organismos, está autorizado a receber quaisquer donativos, para a Oposição Democrática.